



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS – CFCH  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

JUCIENI SANTOS DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> ROSANA HERINGER

RIO DE JANEIRO

JULHO 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS – CFCH  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

JUCIENI SANTOS DE OLIVEIRA

Monografia apresentada à Faculdade de  
Educação como requisito à obtenção do  
título de licenciatura em Pedagogia.

ORIENTADORA: PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> ROSANA HERINGER

RIO DE JANEIRO

JULHO 2016



[...] Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (Munanga, 2005).

## **Dedicatória**

Dedico essa monografia a minha mãe Maria José dos Santos de Jesus, *in memoriam*, que muito me incentivou em nunca parar de estudar e à toda minha família por ter acreditado em mim.

## **Agradecimentos**

À minha família que a cada momento desde a minha entrada até hoje, na conclusão da faculdade, entenderam minhas ausências e estiveram comigo, me incentivando, e hoje se alegram com a entrega desta monografia.

À orientadora Rosana Heringer, pela paciência, empenho, dedicação, confiança e por ser um exemplo de entrega e cuidado, respeitando as dificuldades do outro, mas não desistindo.

A todos os professores que fizeram parte de minha formação e que de uma maneira ou de outra contribuíram para que pudesse estar aqui hoje, e em especial, aos que aceitaram compor minha banca avaliadora.

À Direção e Coordenação da creche onde foi realizado meu estágio e a pesquisa, que permitiram a realização da pesquisa e às Professoras que permitiram a observação de suas práticas e a realização das entrevistas concedidas que foram uma contribuição especial para realização deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a implementação da Lei 10639/03 na educação infantil e compreender qual a percepção que os professores tem da aplicabilidade da Lei no cotidiano escolar e dentro e sala de aula. A metodologia usada foi a metodologia qualitativa, através da coleta dados através da pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas, onde o entrevistado espera a pergunta para opinar, de maneira livre. Usamos também levantamento bibliográfico. Buscando entender a ação da Lei e seu alcance, usamos o texto da Lei 10639, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas e para o Ensino da História e Cultural Afro-Brasileira e Africana, Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, entre outros autores que discutem o tema atualmente. Com isso, buscamos conhecer as relações que se dão entre alunos e professores, como afirma Gomes (2003) “o olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.” (p.172). Buscamos entender como o professor pode contribuir e interferir de maneira - como nos indicam as Diretrizes Curriculares - a desconstruir a discriminação e o preconceito que por ventura venha observar, e de maneira positiva construir estratégias para que exista uma relação entre seus pares e alunos, respeitando a diversidade. Buscamos entender qual a importância da formação do professor, somado a uma sensibilidade em relação ao tema para que ideologias como “democracia racial” possam ser desfeitas e novos conhecimentos possam ser agregados para o fortalecimento da aplicação da lei e sua efetiva aplicação.

Palavras chaves: Lei 10.639/03, discriminação racial, formação de professores.

**SUMÁRIO**

Introdução _____	8
Capítulo 1 - A Lei 10.639/03 – Breve Histórico, sua implementação e diretrizes	19
Capítulo 2 - Breve Histórico da Creche Estácio de Sá _____	32
Capítulo 3 - Análise das entrevistas _____	41
Considerações finais _____	70
Referências _____	75
Anexo 1 – Roteiro das entrevistas semi-abertas para os professores _____	79

# UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

## Introdução

Mesmo com a criação da Lei 10.639/03 que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas do país, ainda observamos a necessidade de avanços na sua implementação.

Para saber mais sobre esta implementação é necessário buscar mais do que uma data ou a Lei que “institui a obrigatoriedade” do seu ensino e seu efetivo cumprimento. É mais do que isso. É necessário conhecer nossa experiência, nossas vivências, a vivência do/com o outro, os medos, o que os constitui, o que os fortalece, o que os inferioriza, ou o que os “empodera”. Enfim, é algo muito revelador e de certa forma dolorido algumas vezes e difícil, sempre.

Despertei o meu olhar para esse tema desde sempre - é o que dizem alguns ativistas do Movimento Negro! “Somos militantes desde que nascemos!” - mas nunca foi tão consciente quanto no momento que tentei o acesso à UFRJ e consegui através de um recurso que não foi o sistema de cotas, mas que também permitiu a minha entrada nesta universidade. Na verdade antes deste evento eu não tinha noção da Lei 10.639/03.

Não por acaso ou destino, mas por uma série de motivos históricos, revistos e formalizados estatisticamente em grandes pesquisas do país, faço parte de uma população que de alguma forma foi excluída e deixada de lado. Talvez por circunstâncias da vida, mas só fui despertar “tarde” – mesmo mantendo sempre o desejo - para realização de um sonho, de ter um diploma do ensino superior.

Digo manter o desejo, pois quando me impulsionei a estar em uma universidade, entrei em uma faculdade privada, mas quando entrei prometi pra mim mesma que não pagaria os quatro anos, que arrumaria um jeito de ir pra uma



pública. E assim fiz! Buscando as pessoas e informações necessárias para alcançar o objetivo. E assim o fiz, concretizei minha própria promessa.

Desde a minha entrada, busquei me reconhecer ou me encontrar como mulher preta, classe baixa, moradora de comunidade, filha de pais separados, que tinha apenas o ensino fundamental. Os pais oriundos da Região nordeste, Salvador, chegando ao Rio de Janeiro procurando uma colocação no mercado de trabalho. O pai negro porteiro, a mãe branca – “cabelo carapinha”, como dizia - cozinheira de mão cheia, trabalhava até altas horas para trazer o alimento pra casa. Com filhos e netos para criar, alimentar, e colocar pra estudar, não escolhia trabalho.

Para poder trabalhar e dar continuidade aos nossos estudos foi necessário dos quatro filhos menores, colocar dois em colégio interno do governo. Os adultos na casa ou trabalhavam ou tomavam conta dos outros menores que ficavam em casa. Quando adolescente ela sempre dizia que se escolhêssemos estudar, íamos só estudar! Em uma família numerosa, o mais usual eram os filhos adolescentes saírem da escola e trabalhar durante o dia e estudar à noite, quando não acontecia o abandono dos estudos.

Eu não queria trabalhar, então resolvi abraçar a chance. Os outros irmãos resolveram trabalhar e foram largando os estudos e construindo suas histórias. Outro fato estatístico vivenciado em minha família foi a evasão escolar. Eu resolvi só estudar. Parecia privilégio falar em estudar, observando a construção de nossa família. Foi como um prêmio mesmo!

Pelas estatísticas, deveríamos estar terminando o “Segundo Grau” com 16 ou 17 anos - o que, quase como algo natural para uma família nesses moldes – não aconteceu. O que era notório nesse momento e ratificado depois nas estatísticas que comecei a tomar conhecimento, era a disparidade série/idade.

A maioria dos/as alunos/as na faixa de seus 15 e 16 anos, às vezes até 14 anos faziam parte da minha turma e eram brancos. Eu e mais uma amiga que tínhamos 20 e 21 anos, pardas, negras, terminamos juntas. Outro dado que mais tarde observei é que eu tinha essas características na turma pois sempre escolhi estudar durante o dia. Talvez, ou com certeza, se escolhesse estudar a noite, o quadro seria outro. Encontraria mais pares e na minha faixa etária.

Toda essa pequena caminhada sempre me fez pensar o porquê da paralisação de meus irmãos e de outros amigos, o porquê de não terem conseguido boas oportunidades de trabalho ou voltar a estudar, o porque de não

terem uma boa moradia, o porque sempre passavam por dificuldades para sobreviver. Mas também pensava porque outros, também com dificuldades, continuaram e buscaram seus caminhos. Pensando bem, esses em sua maioria não eram negros.

Conforme Moura, (1960,p.160 apud Cavalheiro, 2012)

(...) a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade particularmente racista, na qual técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnicas são feitas para que ele [o negro] permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas (MOURA, 1994, p.160, apud CAVALLEIRO,2012,p.29).

Parecia isso, por mais que se fizesse, não conseguiriam sair do lugar. O sentimento de imobilização em todas as áreas é algo que nos acompanha e de alguma maneira nos impossibilita de avançarmos. A estratificação social permanece até os dias de hoje, parecendo que estamos fadados ao não crescimento, ao não avanço social, cultural, intelectual, econômico.

E assim, o que antes era determinado, proibido, cerceado, hoje aparentemente não é da mesma forma. Hoje ninguém lhe disse que não pode, ninguém lhe impede com palavras. Ninguém lhe xingou, não colocaram uma placa e nem delimitaram a rua pra que você não passasse. Mas você sente algo e não consegue definir. A opressão é real.

Neusa Santos Sousa em seu livro “Tornar-se Negra declara que,

“A espoliação social que se mantém para além da abolição busca, então, novo elemento que lhe permita se justificar. E todo um dispositivo de atribuições de qualidades negativas aos negros é elaborado com o objetivo de manter o espaço de participação social do negro nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social.”(SOUSA, 1983,p.20).

E assim vi meus irmão e outros amigos durante toda a adolescência “impossibilitados” de ascender, sem saberem quem eram e não reconhecendo a condição de negros subalternizados, não se identificavam com sua raça e não sabiam o peso que carregavam e nem a inferiorização que a sua condição lhes permitia

Conforme Munanga:

Estamos num país onde certas coisas graves e importantes se praticam sem discurso, em silêncio, pra não chamar a atenção e não desencadear um processo de conscientização, ao contrário do que aconteceu nos países de racismo aberto.(MUNANGA, apud CAVALLEIRO, 2012, p.27)

E como silêncio na escuridão caminhamos. Se antes, mesmo incomodada, eu achava que tinha uma cor que não era tão negra e que poderia passar despercebida, e o que mais me incomodava era a condição social, comecei a perceber que não era só isso. Uma frase marcante de Paulo Freire é que “não existe uma educação neutra”, um currículo neutro, sempre há uma intencionalidade. SOUSA (1983) nos declara que a categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições, mas esse diferente não é neutro. Ele tem o significado, o significado que deram ao ser negro é de ser inferior, subalterno.(SOUSA, 1983, p.20)

Ou seja, quando achamos que as diferenças entre os seres os torna seres individuais e que de maneira positiva nos completamos, a ideologia hegemônica mais uma vez coloca o negro numa definição que o inferioriza. Nos leva a crer que, as definições que são levantadas por uma sociedade escravagista, racista e preconceituosa nunca vão ter uma posição de neutralidade quando se trata do negro. Diante dessas percepções, cheguei na minha fase adulta em um pequeno processo de conscientização, no muito falar, pois faltavam ações concretas. Sair da condição conformista e se recriar, ter uma nova construção e reconhecer minha identidade era o caminho a seguir.

Voltando, ao meu movimento inicial, entrei na universidade pública. Comecei a tentar saber quem eu era. Qual era minha real cor. O que era preconceito, racismo, estigmas, sentimento de inferioridade. Por que sentia isso? Será que isso ia passar? Como faria para vencer os medos? E olha que já não tinha mas 21 anos!

O momento era de aproveitar as mudanças políticas iniciadas desde muito tempo, culminando na Lei 10,639/03, e que também trouxeram o advento das cotas e a abertura de novas oportunidades de entrada nas faculdades públicas principalmente, e confirmando algumas estatísticas, “um bom número de mulheres negras, acima de 30 anos, estão acessando o ensino superior” (Heringer & Honorato, 2015). E eu era uma dessas.

Meu interesse pelos temas étnicos–raciais, colocando “raça como noção ideológica engendradora como critério social para a distribuição de posição de estrutura de classe” (SOUSA, 1983, p.20) foi crescendo. Comecei a me ambientar no novo espaço acadêmico. Optei em fazer as matérias eletivas oferecidas sobre o tema – pois não havia obrigatórias - e buscar conhecimento. Na verdade o que eu procurava era me fortalecer e procurar entender todas aquelas percepções que observei e vivenciei em toda a trajetória da minha vida até chegar ali.

A intenção não era buscar culpados nem iniciar uma divisão entre negros e brancos, como diz Pereira (2014) “... evitar dividir o mundo em brancos maus e negros bons”. (p. 11), mas, ao mesmo tempo, Santos, nos impulsiona a termos uma atitude, ir pra frente da luta, pra construir nossas armas para libertação: “ (...) enquanto objeto da opressão, cabe ao negro a vanguarda dessa luta, assumindo o lugar de sujeito ativo, lugar onde se conquista uma real libertação.” (SOUSA,1983,p.26).

Buscar entender esses limites, ações escravistas que nos atingem até os dias de hoje, mesmo com todas as ações que os Movimentos Negros, Coletivos, e Leis favoráveis ao fim do racismo e preconceitos , acho que é papel de cada um de nós, negros, brancos, a matiz que for, nos conscientizarmos dos malefícios que o racismo trouxe, principalmente aos negros, que muitas vezes por não terem, como diz Santos, possibilidade de construir suas próprias identidades, assumem outras para tentar desta forma fugir da opressão, a sofrer menos, se alienando dos fatos que acontecem a sua volta.

“Ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.” (SOUSA,1983, p.77). Pensamos então nesta construção da identidade negra, nos atores que participam desta construção como: família, escola, amigos, religião, mídia, cultura, etc. e na importância que deve se dar à formação da criança quanto a conscientização de sua posição quanto negro/a em uma sociedade racista. Segundo Santos: “Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma consciência que reassegure o respeito as diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração.” (p.77).

Neste processo de transformação de ser à “Tornar-se Negro”, como nos alerta Santos, vem para somar a Lei de 10.639/03, e a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana e com a criação de órgãos como, a

SEPPIR (Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial), que tem a educação como um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo. Consideramos então que é papel também da escola contribuir para essa formação.

Pensando neste texto e em outros, e começando a cumprir horas de estágio nas escolas de educação infantil, comecei a observar as relações de alunos e professores, mas muito mais atenta as relações que se davam com crianças negras e professores e/ou alunos/alunos, tendo como foco a Lei 10.639/03.

Como a então Ministra-Chefe da SEPPIR no ano da aprovação da Lei 10.639/03, Matilde Ribeiro afirmou:

(...) o objetivo desses atos é promover alterações positivas na realidade de vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa, igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo. (BRASIL, 2004, p.8).

Então, para que esses objetivos se firmem, é necessário que se tenha profissionais capacitados nestes temas, ou que tenham “se tornado negros/as” para observar, compreender as ações de discriminação e intervir de maneira a promover alterações positivas nessas ações. Para definir o tema desta monografia - “Uma Análise da Implementação da Lei 10639/03 na Educação Infantil: a percepção dos professores” - e buscar compreender um pouco essas relações, foi que comecei a observá-las.

Quando comecei meu estágio obrigatório, no ano de 2012, na disciplina de Educação Infantil que realizei na Creche Municipal Estácio de Sá, localizada na Rua São Carlos, me confrontei com várias realidades. A real necessidade de formação dos Auxiliares de Creche e Professores e a formação continuada para esse grupo nos temas que abrangem gênero, etnia, raça e sexualidade neste ambiente escolar de forma a contribuir para a construção de uma sociedade democrática “igualitária”, que se construa no respeito mútuo, independente da condição que cada um apresenta.

Sabemos que as Políticas Públicas e as Ações Afirmativas têm sido de grande contribuição para a efetiva diminuição das injustiças que existem em nosso país. Ainda assim, muitos não concordam com essas ações políticas, pois defendem que estas ações governamentais são discriminatórias e não são o melhor caminho para uma sociedade igualitária. São várias as minorias, e não digo

minorias por que são em menor número, mas porque são aquelas que são menos favorecidas, burladas em seus direitos, vistas muitas vezes como inferiores em condições socioeconômico-cultural. Nestas categorias estão inseridos vários tipos de diversidades que encontramos dentro das escolas e que muitas vezes não nos atentamos para elas como, gênero, étnico- raciais, sexualidade etc.

Atenho-me agora a questão étnico-racial colocando como referencial teórico a Lei 10.639 de março de 2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos Africanos no Currículo Escolar, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, que assim como todas as outras Políticas Públicas que o governo implementa, terminam por deixar boa parte da responsabilidade a cargo da das instâncias estaduais e municipais, para que os gestores se adequem e façam com que funcionem, mesmo que os profissionais não tenham um efetivo preparo para o exercício de novos desafios. O governo faz as exigências - que haja o pleno cumprimento da Lei - e, ao mesmo tempo, não garante plena condições para sua concretização!

Como referencial faço uso também das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana; Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, documentos importantes que auxiliam e direcionam, dando um suporte ao professor no início da aplicação da Lei. Colaborando com esses documentos farei uso também de textos como autores Nilma Lino Souza, Eliane Cavalleiro, Kabengele Munanga, entre outros.

### **Justificativa**

Um ato que me impulsionou a escrever sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/03 foi algo que em uma das muitas observações no estágio me chamou a atenção. Foi uma discussão entre duas meninas de quatro anos, uma negra e a outra branca, que se preparavam para brincar e num dado momento, escolhendo seus papéis na brincadeira, a menina negra disse que queria ser a princesa . A menina branca rebateu dizendo que ela é que seria a princesa.

Depois de alguns segundos, na arena de disputa, cada uma defendendo seu espaço, a menina branca retrucou, incisivamente:

- Eu vou ser. Não existe princesa negra!

A menina negra parou e foi buscar um apoio em alguém mais velho, a tia, e disse:

- Tia, Tia, não existe princesa negra!?

Como num gesto de socorro, puxando a blusa da tia, pedindo uma afirmação que a colocasse de novo na disputa!

A tia, que observava outra coisa, silenciou, se virou para as meninas e disse:

- Tá , todo mundo é princesa, vai brincar!

A menina olhou, olhou, apertou as duas mãos e saiu com um olhar procurando outros argumentos que lhe faltaram no momento.

Em um dos pontos ressaltados na Lei está escrito que uma das suas funções, é permitir o processo de afirmação da identidade de historicidade negada ou que foi distorcida.

Esta situação deixa claro a falta de sensibilidade e conhecimento quanto a diversidade da formação da nossa nação brasileira e o quanto nos é sofrido “o perigo de uma história única”(Adiche, 2011), que nos foi passada e perpetuada ao ponto de não termos como explicar, ou mesmo fantasiar a existência de uma princesa negra. Ou mesmo, em relação à professora que foi formada nesta mesma sociedade eurocêntrica, que como diz Cavalheiro, 2012, “... que ela expressa a valorização do silêncio nas situações de conflitos étnicos”. Que internalizou suas ações e conhecimentos ou por não ter subsídios para reverter aquela situação de maneira a contribuir para mudança. E a saída foi generalizar, “todo mundo é princesa!”

Para Cavalheiro, 2012, esse tipo de situação sinaliza que: “ ‘Es maneira de silenciar e valorizar o silêncio diante de evidentes conflitos étnicos acaba escondendo comportamentos e nos leva a repetir uma interrogação de Florestan Fernandes” (p.59)

Até que ponto o “negro” e o mulato estão socializados não só pra tolerar, mas também para aceitar como normal e até mesmo endossar as formas existentes de desigualdades raciais, com seus componentes dinâmicos – o preconceito racial dissimulado e a discriminação racial indireta? (FERNANDES, 1960, apud CAVALLEIRO, 2012, p.59).

É necessário fornecer uma formação tanto nos níveis elementares, quanto fundamental e médio de ensino aos professores. Diante dessas falas, o incômodo

me sobreveio a tal ponto de buscar estudar e pesquisar como se dão essas relações. Que formação esse auxiliar, ou mesmo professor tem recebido ou tem buscado para que possa efetivamente colocar em prática essas diretrizes e políticas que visam a melhoria de condições de determinadas categorias da nossa sociedade?

Kabengele, tem sua definição e nos ajuda a entender. Para ele:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (MUNANGA, 2005, p.15)

Acredito que muito do que tem acontecido vai de encontro a conceitos e preconceitos por parte desses profissionais, suas escolhas e por que não pensar, em suas limitações em termo de formação, como declara o professor Munanga. São questões étnico-raciais, questões de comportamento, de gênero, de sexualidade, inclusão de deficientes. Será que estão prontos ou é necessário ter uma formação específica para saber estabelecer uma relação democrática e de forma a respeitar cada uma dessas novas situações?

Qual a condição de formação e instrução que precisa ser oferecida para esse profissional, de forma a contribuir para o seu conhecimento e construção da promoção de valores positivos de seus alunos?

Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. trilhar rumo a uma sociedade democrática , justa e igualitária,



revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo. (MUNANGA, 2005,p.15)

Diante deste esclarecimento desses atores e autores nesse processo de reconstrução, são muito importantes estes que produzem materiais acadêmicos, livros etc. para nos auxiliar na construção de uma nova sociedade, de professores mais qualificados, sensíveis e capazes de agir positivamente nas relações interraciais dentro e fora de sala de aula.

Toda essa contribuição é principalmente para aqueles que escolheram ser professores, educadores, para que reconheçam a diversidade da construção da nossa sociedade e o quanto é importante essa formação étnico-racial para agirem de forma a – se não eliminar - diminuir consideravelmente os conceitos e preconceitos internalizados em cada um. E para realização desta pequena estudo tenho como problema investigar como é vivenciada a diversidade racial no cotidiano escolar na educação infantil e qual o papel do professor na desnaturalização de questões raciais surgidas em sala de aula?

Como objetivo geral procuro observar a percepção do professores sobre as questões relacionadas a lei 10639/03, tanto nas interações entre seus pares quanto entre seus alunos no seu dia a dia. E como objetivos específicos:

1) Identificar quais as estratégias tem sido tomadas pelos professores para enfrentar a discriminação étnico – racial.

2) Conhecer como a Lei 10.639/03 tem sido aplicada no cotidiano escolar e qual a importância da formação do professor de forma a contribuir para a construção da identidade de seus alunos.

Para o estudo utilizamos pesquisa bibliográfica, e também fizemos uso de uma abordagem qualitativa, através de entrevistas semiabertas realizadas através de gravação em áudio, concedidas por 10 professoras - autorizadas pela Direção da Creche - que responderam 6 perguntas (o roteiro de entrevista se encontra em Anexo) e observação no local.

O estudo é composto pelas seguintes partes, além desta Introdução: Justificativa; Capítulo 1 - Um Breve Histórico da Lei 10.639/03 , sua implementação e Diretrizes; Capítulo 2, em que procuro descrever a creche, a formação da comunidade a qual esta inserida, sua comunidade escolar. No Capítulo 3, faço uma análise das entrevistas realizadas e por fim estão as Considerações Finais do que foi observado e identificado neste processo, referências e anexo. Essa é a minha

motivação, esse é meu interesse nesta pesquisa. Procurar entender histórico e culturalmente essas relações, além de meios e estratégias para vencê-las, mas sabendo que, como afirma Munanga, não existem fórmulas educativas prontas para minimizar os problemas que durante mais de três séculos nos acompanham.

Entretanto existem sim, pessoas, professores, com a responsabilidade de, primeiro, buscar conhecer não simplesmente a Lei, mas conhecer a verdade sobre a sua história, seu país, ter iniciativa de criar, incentivar a troca de conhecimentos, ter a sensibilidade, o respeito ao outro, a construção das diversas identidades. E o reconhecimento de que uns durante muito tempo foram beneficiados em detrimento de uma enorme parcela da população que foi rechaçada, excluída, humilhada, incapacitada até de avançar social, econômica, cultural e intelectualmente, mas que ainda assim, tem sua contribuição na construção do conhecimento deste país.

## Capítulo 1

### **A lei 10639/03 – Breve Histórico, sua implementação e Diretrizes.**

"E aqui na creche em que trabalho, nós fazemos questão, tanto Professores quanto Auxiliares e Direção de tratar todos com igualdade. Somos todos iguais! (prof.<sup>a</sup> 3). Essa é uma fala de uma das Professoras que colaborou dando a entrevista para a realização deste pequeno ensaio, a partir da pesquisa que realizei na Creche Estácio de Sá. Esta afirmação inclusive não é só dela, mas ouvi de outras Professoras, e no final me soou como um mantra entre as profissionais da educação infantil.

A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação, em seu Título "Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Na Constituição Federal de 1889, lê-se:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

E o princípio da igualdade também é representado no Art. 4º, inciso VIII, que dispõe sobre a igualdade racial.

Segundo Bastos, (apud Gonzaga, 2009, p. 2) a "igualdade no Direito jurídico nos encaminha a dois conceitos mais usados que são o de igualdade substancial/ou real - que consiste no 'tratamento uniforme de todos os homens, e o conceito de igualdade formal' (...) A igualdade formal, por seu turno, consiste no direito de todo cidadão não ser desigualado pela lei senão em consonância com os critérios albergados, ou ao menos não vedados, pelo ordenamento constitucional." (BASTOS, 2001, 1995, p.7, apud GONZAGA, 2009, p.2).

E quando a (P. 3) declara que "somos todos iguais", qual seria o conceito a ser usado, o real ou o formal? Será que muitas vezes estamos apenas repetindo uma Lei, uma frase, mas efetivamente há um grande abismo em nossas práticas? Segundo Deborah Silva, Professora da UNB, em seu texto "Direitos humanos e a

promoção da igualdade racial”, declara que: “é necessário uma igualdade que reconheça as diferenças e que ela não produza as desigualdades.” (UNB Agência).

Será que essa é a prática da igualdade dentro de sala, reconhecendo as diferenças, combatendo as desigualdades, priorizando e respeitando cada indivíduo?

Segundo Saviani, em *Escola e Democracia* (2008), quando faz sua crítica ao Movimento Escolanovista e as mudanças pedagógicas e curriculares que pretendiam implementar, ele menciona a frase máxima de nossa Constituição de 1988, (“todos são iguais perante a Lei”). Ele nos explica sobre essa igualdade, idealizada pelo Movimento que prometia um novo tempo na educação da época. Diz ele que “a igualdade formal ( todos são iguais perante a lei), que é próprio de uma sociedade burguesa, implica em uma transformação para igualdade real”. “Assim, a transformação da Igualdade formal em igualdade real esta associada à transformação dos conteúdos formais, fixos e abstratos, em conteúdos reais, dinâmicos e concretos.” (SAVIANI, 2008, p.64). Para ele essa transformação que a Escola Nova prometia, não aconteceu.

Creio que a fala da Professora três e de outras aponta para a necessidade de refletir sobre esse movimento, essa mudança de paradigma, sair do automático - e partir para a igualdade real, nas suas práticas educacionais e, por que não dizer, pessoais. Nas palavras de Aristóteles, ratificadas por Rui Barbosa: “A igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”. Basta agora definir quem são os iguais e quem são os desiguais.” (AZEVEDO, 2009, p.3).

Nesta definição, as diferenças são reconhecidas e a finalidade é de integrar a sociedade. O sentido de “igualdade” está atrelado à ideia de justiça e para isso se faz necessário a intervenção do Estado, com ações que levem a diminuição das desigualdades sociais nesta sociedade. E é nesse caminho de diminuir as desigualdades que se tem o princípio da equidade. E as diferenças precisam ser observadas desde a tenra idade, na educação infantil pelas Professoras, para que se possam diminuir as desigualdades nas séries seguintes.

O poder Estatal age no estabelecimento das Leis, Diretrizes, Estatutos, Conselhos, Movimentos, etc., que são meios de chegarmos a uma equidade, igualdade, que alcance as diferenças nas suas necessidades. Sabemos que a Leis não são automáticas, elas precisam depois de ser implantadas pelo Poder Público, o segundo passo é a sua implementação, e pra isso, se faz necessário a ação dos

agentes públicos - nesse caso os Professores - para que ela seja executada, colocada em prática.

Pensando nas igualdades, nas diferenças, direitos, justiça, equidade, equiparação, na implantação e na implementação de Leis, nós chegamos à Lei 10.639/03, que engloba todas essas questões e que foge de nossas explicações formais, ultrapassando esta dimensão. É ela que vai nos guiar neste breve comentário feito através de observações realizadas na Creche Estácio de Sá, quanto à percepção dos Professores na implementação da Lei, e como se deu a interação entre seus pares e seus alunos no ambiente escolar.

A Lei em suas formas legais foi aprovada e sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e colocada para a sociedade para sua execução nestes termos:

*“Presidência da República*

*Casa Civil*

*Subchefia para Assuntos Jurídicos*

*LEI Nº 10.639, de nove de janeiro de 2003.*

*Mensagem de veto*

*Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.*

*O PRESIDENTE DA REPÚBLICA.*

*Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

*Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A 79-A e 79-B:*

*Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.*

*§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.*

*§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.*

*§ 3º (VETADO)*

*Art. 79-A. (VETADO)*

*Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.*

*Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.*

*LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA*

*Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque”.*

O texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana afirma que esses atos aprovados como políticas de ações afirmativas tem como um dos seus objetivos principais: "(...) promover alterações positivas na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo." (Brasília, 2004)

Da promulgação de uma Lei até a sua real efetivação há algum passo a ser percorridos, conquistados, e nos Cadernos das Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnicas Raciais, a Coordenadora do tema “Educação Infantil” - Patrícia Maria de Souza, diz que: "É importante destacar que a garantia legal dos direitos não promovem sua concretização. São atitudes efetivas e intencionais que vão demonstrar o compromisso com tais direitos." (SOUZA, s/d, p.32)

Ou seja, são necessárias ações de atores que estarão nas disputas que se apresentarão e que essas ações transformem efetivamente a realidade do grupo em questão. A Lei 10.639/03, não foi simplesmente aprovada no ano de 2003 e pronto! Foi antes de tudo uma conquista de todos os grupos de Movimento Negro, desde o início da escravidão e quase 4 séculos que se seguiram no país e até os dias de hoje, de homens e mulheres que interferiram nesta história de luta, sim de luta, por que como declara Leila Brito (2010), em seu texto “O poder segundo Foucault”, citando o próprio autor "... onde há poder, há resistência...".

Para ela, “ ... o poder é uma relação de forças que encontra presente, e um constante movimento, em todos os espaços sociais...” E nesta relação de poder entre dominante e dominador, Pereira, (2012, p.119) – fala que “onde houve escravidão houve resistência”- fazendo menção aos autores João José Reis e Flávio Gomes. Ou seja, com a população negra não seria diferente.

A Lei 10.639/03 foi oriunda do projeto de Lei 259/99 dos parlamentares Ester Grossi (PT-RJ) e Ben-Hur Ferreira (PT-MS). Conforme FREITAS (2010),

A Lei obteve aprovação relativamente rápida, de 46 meses – quase quatro anos - tendo como parâmetro o tema relativamente complexo a outras leis, projetos colocados em pautas e posteriormente engavetados durante anos. Diz também que outras propostas anteriores a Lei foram apresentadas por outros parlamentares, dentre eles Senador Paulo Paim, pela Senadora Benedita da Silva e Deputado Abdias Nascimento, mas não obtiveram êxito. (FREITAS, 2010, p.20).

A voz e as ações da população negra em todo esse período foram muitas vezes objeto de tentativa de serem caladas, escondidas, invisibilizadas. A prática da invisibilidade do negro em suas ações de resistência faz parte do racismo epistemológico hegemônico. Ou seja, essa ideia de tirar toda a ação protagonista desta população parecia ter dado certo! Mas a verdade é que esses homens e mulheres buscaram liberdade, dignidade, e que efetivamente suas ações contribuíssem para o que hoje podemos chamar de conquista (CAVALLEIRO, 2012, p.13).

Podemos trazer aqui para ilustrar dois nomes dentre muitos outros que podem ser citados como símbolos de resistência e luta contra a escravidão em suas diferentes formas. Um é o próprio Zumbi dos Palmares (1655 – 1695) que tem como data comemorativa, o dia de sua morte, dia 20 de novembro - "Dia da Consciência Negra"; e João Candido, como símbolo de resistência e luta pós- escravidão. A Luta foi pelo fim dos castigos corporais – fim da chibata – direito a liberdade, o fim de maus tratos, direito a "igualdade real" de tratamento, direitos civis, direitos trabalhista, direito a vida.

Esses dois símbolos - dentre outros - tiveram atitudes efetivas e intencionais, buscavam não apenas os direitos individuais, mas uma mudança de vida e o direito para a coletividade, e foram no decorrer da história contada nos livros, inferiorizados, e de alguma maneira invisibilizados em suas ações, estratégias de luta, em seu poder de convencimento, em suas articulações. Sim por que não foram apenas um "fujão e um revoltado sem causa". Eles tinham seus ideais, tinham suas causas e realizaram um movimento que mexeu com as estruturas política da época, que influenciaram outras vidas.

Para Pereira, "Pelourinhos, mordaças, correntes, dores sem fim, já tiveram seus usos para a dominação e para as denúncias da dominação. Hoje são outras as ferramentas da dominação e serão outras as de efetiva libertação." (PEREIRA, 2010, p.12)

Após a Lei e as ações de homens e mulheres que se debruçam para produzir e visibilizar essa história, hoje a sociedade ganhou a oportunidade de reconhecer e de conhecer o outro lado da história, produzir outras histórias, questionar aquelas já postas desde que mundo é mundo, conforme declara Pereira.

Assim como a Constituição, a LDB, as Ações Afirmativas e a Lei 10639/03, as Diretrizes, vem hoje reconhecendo direitos - que na verdade já eram nossos - de ter o conhecimento de nossa própria história – mas que foram usurpados de nós - com a mesma força da "Lei". É fato que não podemos dizer que houve um total bloqueio de "direitos", dos escravizados, mas podemos dizer que houve um grande esforço de cerceamento através de leis para que não houvesse para eles, aprendizagem da leitura e da escrita e de conhecer e produzir a própria história, o direito de ter direitos, pois não era interessante para os governantes da época, incluir os negros no novo projeto de construção de uma “nova sociedade”

A igualdade de cidadãos escrita na lei, uma sociedade igualitária "branca", não era a mesma vivenciada para a população "negra". Na verdade, no projeto de se tornar "uma nação civilizada", não constava um papel digno para o escravizado negro, africano. A ideia era construir uma sociedade hierarquizada política, social, cultural e economicamente, onde a população negra, escravizada não fazia parte do projeto, não era considerada como pessoas. Manter um grande número desta população subalterna, inferior e sem instrução, parecia ser o carro-chefe deste novo modelo econômico de sociedade.

Como declara Romão (s/d), "A escola, no Brasil, foi instituída como um "não lugar" para alguns segmentos sociais e étnicos, dos quais, a população negra se insere." (ROMÃO, s/d, p.1).

A história que não foi contada e não está nos livros de História pode nos mostrar que as políticas de Ações Afirmativas - como o sistema de cotas - a aprovação da Lei 10639/03, os PCNs - (Parâmetros Curriculares Nacionais), as Diretrizes, as Orientações, a criação de Secretarias, Órgãos e Conselhos são mecanismos para transformar este quadro de discriminação e desigualdades. Como disse Matilde Ribeiro, ex-ministra chefe da SEPPIR, “o objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa, igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo.” (Brasília, 2004, p.8)



Trazer a história dos perversos caminhos que homens e mulheres escravizados vivenciaram, mas venceram, é importante, mais importante é que a Lei nos capacita e nos dá a liberdade de construção de outras histórias, de produzir novos conhecimentos, de tirar a população negra da invisibilidade, de estarmos e frequentarmos os mesmos lugares de formação que antes nos foram negados, de uma ou outra forma.

Segundo Nilma Lino Gomes (2012, p 20), em pesquisa realizada pelo IPEA 2009 feito com base nos dados PNAD 2008 pelo IBGE, há o reconhecimento de que o racismo e a discriminação são armas importantes da desigualdade racial no Brasil, mas não são as únicas. Na página 21 ela continua: "... historicamente os negros têm menos acesso a serviços e ações governamentais, o que indica a necessária realização de políticas direcionadas a esse segmento".

Quanto a isso podemos citar leis que foram criadas pelo Estado para que negros escravizados ou livres, e africanos - falando especificamente do nosso tema - fossem impedidos ou tivessem grande dificuldade de frequentarem os bancos escolares, de se instruírem - o que creio que foi um dos motivos para que culminássemos na grande desigualdade em várias áreas, inclusive a desigualdade educacional, produzindo a necessidade hoje de uma política de ações afirmativas, como o sistema de cotas.

Houve um grande exercício por parte do Estado, agindo através do poder, controle ou mesmo opressão, exercido sobre a população negra e alguns grupos específicos no decorrer dos tempos e quanto a esse fato podemos citar Althusser quando fala dos aparelhos ideológicos do Estado, que estabelecem leis que regulam as relações sociais em função da classe dominante. Linhares (2007), em seu texto nos remete a Althusser:

O Estado, segundo Althusser, funciona duplamente como um aparelho ideológico e como um poder de força repressiva. Configura-se como um instrumento que serve para assegurar os interesses da classe dominante, a burguesia, sobre a classe dominada: proletariado ou classe trabalhadora. Sendo assim, o Estado, que está a serviço da classe dominante, tem por objetivo garantir, por meio das ideias, da concepção de mundo, e/ou da força física, a permanência da burguesia no poder. O aparelho de Estado que define o Estado como força de execução e de intervenção repressiva pertence, portanto, à classe dominante e serve como instrumento de luta

contra as possíveis resistências da classe dominada. (ALTHUSSER, 1970, p. 32 apud LINHARES 2007, p.1500).

Neste sentido os aparelhos ideológicos do Estado funcionam desde sempre, neste caso reprimindo, escravizando, cerceando qualquer tipo de ação, fazendo com que essa população e outras estejam subjugadas às suas regras. Uma dessas ações pode ser vistas na Constituição de 1824, através de Decretos instituídos em algumas Províncias da época.

Romão (s/d), no seu texto: "A Lei Federal 10.639/03 – “A Educação das Relações Étnicas Raciais”, traz algumas datas em que a legislação veta através de Decretos, o acesso de negro, cativos ou libertos e africanos ao sistema educacional da Corte, nas Províncias de 1834 – 1864. Uma das formas que o estado usa como forma de cerceamento do direito a certos grupos da população.

Província de Sergipe 1838 Decreto nº. 13, de 20 de março. Proíbe de frequência nas escolas públicas os (...) escravos e africanos, ainda que sejam livres, quer libertos.

O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, (a Reforma Couto Ferraz) estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. No seu art. 69, proíbe matrícula e admissão escolar aos portadores de doenças contagiosas; escravos e não vacinados.

Província de Santa Catarina Julho, Resolução nº 1854 a Lei 382, de 1º de Art 35 – “Os professores receberão como seus discípulos todos os indivíduos que, para aprenderem primeiras letras, lhes forem apresentados, exceto, os cativos e os afetados de moléstias contagiosas”.

Império 1864 Aviso Imperial. 144. Proíbe matrícula escolar aos portadores de doenças contagiosas; escravos e não vacinados.

Mais adiante, O Decreto nº 7.031-A, de 06 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares (BRASIL, 2004, p. 7).

A Constituição de 1824 trazia um ideário democrático, mas no seu interior carregava a discriminação camuflada, pois trazia em seu Art.6º, §1º, a definição e classificação do "cidadão" nesta época. No texto de André Emmanuel Batista

Campello, (2013), "Escravidão no Império do Brasil: perspectivas jurídicas" ele nos mostra conforme suas análises que, havia certa discriminação camuflada nos termos da lei.

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros:

Os que no Brazil tiverem nascido que sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

Para definir este não direito, o autor busca as lições de Conselheiro Joaquim Ribas, o autor Campello, (1982, p.280), declara que: “Em relação ao direito de liberdade, dividem-se em – livres e escravos; e aqueles se subdividem em - ingênuos e libertos. Chama-se ingênuo o que nasce livre; liberto o que tendo nascido escravo veio a conseguir a liberdade.”

Para o autor, esta classificação de cidadão trazia “a possibilidade da existência de outros indivíduos que não poderiam ser cidadãos, por não possuírem este status libertatis, ou seja, porque eram escravos.” Segundo Ayres de Lima (2014), os negros eram desprovidos de humanidade, para ele, a lei magna não considerava os escravos como cidadão brasileiro.

Mesmo sendo reconhecido como "cidadão de segunda classe", no Art. 94 nos mostra que pra ser *um cidadão (grifo meu)* e poder ter direito ao voto o negro liberto precisa cumprir outros requisitos. Veremos.

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores e Membros dos Conselhos de Província todos os que podem votar na Parochial. Excetuam-se:

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.”

Ou seja, qual era o ingênuo, liberto, ou africano, escravo desta fase que constituiria renda de duzentos mil réis anual? Assim como essas manobras, outras foram e – mesmo com todas as conquistas – parecem ser criadas de forma a manter o *status quo* - de coisa - deste grupo e de maneira a passar imperceptível - como se fosse possível - aos olhos de uma população que sempre foi aviltada em seus direitos.

Essas dificuldades de acesso ao estudo, e a uma educação de qualidade assim também como a desigualdade, que só cresceu com o passar do tempo e diminuiu as oportunidades de transformação social e econômica desta população,

foram pesquisadas por vários estudiosos no decorrer dos anos, mas destaco aqui Hasenbalg e Silva, 1988, "Raça e oportunidade educacionais no Brasil", citado por Freitas.

Segundo Freitas, (2010), os sociólogos Hasenbalg e Silva declaram que, anterior a seus trabalhos,

(...) a pesquisa sociológica sobre educação negligenciava a dimensão racial e seus efeitos na distribuição de oportunidades educacionais entre diferentes grupos da população. Mas que outros estudos sociológicos já chamavam atenção quanto o papel que a educação desempenhava na mobilidade social de brancos e não branca. (HASENBALG E SILVA, 1998 apud FREITAS, 2010, p.41)

Usando informações da PNAD 1982 em pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas - que procurava diagnosticar a situação racial do negro em São Paulo - Hasenbalg e Silva procuram analisar as desigualdades na apropriação das oportunidades educacionais no Brasil. (FREITAS, 2010, p.41).

Eles concluíram que: a) a taxa de escolarização de negros é inferior à dos brancos; b) os brancos apresentam uma porcentagem maior de crianças sem atraso escolar; c) maior proporção de alunos negros frequenta as escolas que oferecem cursos com menor número de horas-aula (ROSEMBERG 1986, cap. III HASENBALG e SILVA 1992:81 apud FREITAS, 2010, p.41).

Um dos resultados dessa pesquisa foi constatar o grande fator desigualdade de oportunidades. Quando se oferece uma educação de qualidade e meios de alcançá-la para uns, e se oferece ou oferece uma de péssima qualidade - ou não oferece - para outros grupos, o resultado é a criação de um grande abismo social, econômico e cultural! Como esperar que esses dois grupos tivessem resultados iguais?

O resultado desta pesquisa realizada por Rosenberg (1986) se somaram a muitas outras que foram surgindo, buscando dados que contribuíram para formulações de Leis, do próprio Estatuto da Igualdade Racial, das ações afirmativas, instrumentos que buscam não exterminar, mas estabelecer menos desigualdade entre as relações humanas, e construir uma legislação antirracista.

Como declara Pereira (2014, p.81), "Onde houve escravidão, houve resistência contra ela." Dessa forma a população negra criou meios para aprender ler e escrever, mesmo que não fosse um ensino institucionalizado. O autor traz a

história de Maria Firmina dos Reis, (1825-1917), escritora e professora, que criou uma escola no Maranhão em 1880 e dava aulas pra crianças negras.

Fabio Pinto Gonçalves (s/d), no texto "Cultura Escrita e a Escravidão Brasileira: Algumas Práticas e seus Significados no Século XIX.", declara que o aprendizado acontecia em diversos espaços como a criação de escolas através das igrejas, os próprios abolicionistas e da maçonaria, - "guardadas as suas especificidades." Diz que "uma outra instância, apontam-se as iniciativas providas pelas próprias populações negras na construção de clubes, escolas e espaços culturais, por meio dos quais puderam ter contato com as primeiras letras."

A resistência acontecia através das reuniões culturais, na manutenção da religiosidade, onde aprendiam ler e escrever entre si, aprendia com as aulas particulares dadas às sinhás. As irmandades negras também mantinham aulas particulares, o ensino oral fazia parte desta resistência em manter viva a história. Esse mesmo autor nos relata sobre negros escravizados na Bahia, (1835), os Malês - africanos muçulmanos, que mantinham como resistência a língua de origem e ensinavam aos outros. Segundo Reis (2003), eram homens intelectualmente competentes.

Não importando a forma, lugares, ou meio o ensino e aprendizagem sempre aconteciam e acontecem até hoje, é o que declara Gomes, (2003).

A educação não se reduz a escolarização. Ela é um amplo processo constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços; na família, na comunidade, no trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, nas escolas, entre outros. (GOMES, 2003, p.170)

Somando a esses, existiam também aqueles que se tornaram autodidatas, por exemplo, o abolicionista e Rábula Luiz Gama. Outro caso que o autor traz é de Antônio Pereira Rebouças, que agiram como ativista do movimento abolicionista na libertação daqueles que buscavam libertação.

A libertação vem também através da busca pelo conhecimento, é uma das formas de libertação, e conhecer a sua história te oferece outras oportunidades, te livra de prisões que o poder hegemônico, que a escola com um conhecimento único te faz crer. Durante muito tempo se acreditava que todos os negros escravizados não tiveram estudos, ou que todos haviam aceitado aquela condição sem ter

nenhum tipo de ação. Hoje se sabe que não foi só isso, aconteceram muito mais coisas que não nos foram contadas, não estavam nos livros.

Alguns dados do censo realizado em 1872 nos são fornecidos por Carlos Machado,(2009), que mostra que a situação era realmente difícil para nossa população.

De acordo com os resultados do censo de 1872 a proporção de analfabetismo correspondia a 81,42% da população total, e considerando a população escravizada eleva-se para 99,91%. Foi visto também que havia um alto índice da falta de instrução entre as mulheres brasileiras. (MACHADO, 2009, p. 28)

Mais importante que esses dados, é saber hoje que muitos homens e mulheres se envolveram em função de outros para que a situação fosse transformada, o aprender ler e escrever chegasse a cada vez um número maior de irmãos. A informação de que no pós-abolição existia uma imprensa negra, como nos relata Pereira, (2014, p. 44), é de grande relevância para a comunidade negra.

A publicação dos jornais da chamada "imprensa negra" - expressão criada por Florestan Fernandes na década de 1950, ao pesquisar os jornais criados por negros no período pós-abolição em São Paulo – foi uma estratégia importante, desde o final do século XIX, para expressar os anseios e as reivindicações de setores da população negra que se organizavam nas grandes cidades, especialmente em São Paulo.

Expressar os anseios, dar voz, é isso. Foram o que fizeram todas essas pessoas citadas, e sabemos que houve muito mais história que estão hoje sendo desvendadas, pesquisadas, catalogadas pra serem ensinadas dentro de sala de aula e também fora delas, assim como a história de formação de Organizações que surgiram pelo país como o Centro Cívico Palmares em 1926, o Teatro Experimental do negro em 1944, a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, com o intuito de lutar por direitos civis e sociais da população negra, foi, segundo Florestan Fernandes, “o primeiro movimento de massa no período pós- abolição.” (Brasília, 2006, p. 19). Chegou a movimentar mais de 10mil pessoas em uma reunião. (Pereira, 2014).

Todos esses atos contribuíram e continuam contribuindo para a construção da identidade desta população negra que vem se reinventando a cada dia e ocupando seus espaços. Gomes (2003) declara que não é fácil: “... construir uma identidade

negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros.” (p.172). A luta que todos esses movimentos - e coloco Movimento Negro na definição de Joel Rufino dos Santos, trazida por Pereira, (2012), diz que:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (ai compreendidas mesmo aquelas que visam à física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artistas, culturais e políticas: (...) (SANTOS, 1985, p. 287, apud PEREIRA, 2012, p. 118)

Esse grande Movimento Negro que se comprometeu em realizar, desde o início, não apenas em buscar uma educação de qualidade "igual" para todos, mas, uma educação que realmente reconheça as diferenças e contemple cada parte da sociedade de forma a contribuir para a mobilidade social de brancos e não brancos, como esta posta nas Diretrizes Curriculares Nacionais, 2004.

Se entendermos assim, cada um, ou na coletividade, faz um movimento pra que as mudanças de resultados – um professor comentou – se estabeleçam com a Lei 10.639/03. Mais do que uma arma, a Lei 10639 nos traz a possibilidade e a capacidade, como diz Pereira, “de construir”. Construir novas estratégias, uma educação antirracista, novos estudos, novos trabalhos acadêmicos; novas abordagens, metodologias, novas fontes, novos referenciais etc. Combater o racismo epistemológico, como propõem Boaventura, Fanon, Grosfoguel. (PEREIRA 2012).

E para concretizar esses "novos resultados", e a implementação efetiva da Lei se faz necessário, mudar o olhar sobre o negro, pois Gomes (2003), alerta que: “... o olhar sobre o negro e sua cultura, na escola tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.” (GOMES, 2003, p.172). São necessárias ações em conjunto, das experiências e práticas cotidianas do Movimento Negro, organizações, Coletivos, conversando com o conhecimento que será produzido nos currículos escolares, do saber produzido com os professores/alunos em sala de aula, na relação com os alunos e seus familiares. É a junção dos saberes, e assim conseguiremos, andando junto, estabelecer um novo tempo.

## **Capítulo 2: Breve descrição da Creche Estácio De Sá**

A creche Estácio de Sá está localizada na Rua Estácio de Sá, Nº 51, subida do Morro do São Carlos. A Creche se localiza em área urbana, tendo em suas proximidades o Hospital da Polícia Militar, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o Centro de Convenções Sul América Seguros, Clube dos Servidores Municipais, a Estação Metrô Estácio e Metrô Cidade Nova, um grande comércio e a 10 minutos do Centro da cidade. A comunidade que é atendida pela creche tem em sua composição uma população de classe econômica baixa, muitas vezes desprovida de investimento do poder público e que forma um complexo de algumas comunidades, dentre elas o Morro do São Carlos. Essa população aguardava há muito tempo a Creche, que seria um espaço bem estruturado e equipado que pudesse atender as suas necessidades.

A sua inauguração aconteceu em 19 de junho de 2009, trazendo uma grande esperança para os pais que até então não conseguiam vagas em outras unidades públicas já existentes na localidade. Essa era mais uma chance de deixarem seus filhos em um espaço limpo, acolhedor e com segurança enquanto os mesmos fossem trabalhar. O Complexo do Morro do São Carlos, que já contava com quatro creches, esperava com grande expectativa, essa que seria a maior e contribuiria para a educação de uma parcela da população local que ainda não tinha sido contemplada com uma das vagas nas unidades já estabelecidas.

Da formação da comunidade.

Uma comunidade formada desde o início do século XX, composta por uma grande diversidade de pessoas. Em sua composição temos ex-escravos, negros livres, estivadores, trabalhadores do Cais do Porto, da construção civil - operários da extinta fábrica de Cervejas Brahma, ex-combatentes e soldados desempregados que se mudaram com suas famílias em grande número para a antiga Rua São Carlos.

Muitos desses novos moradores que compunham o que seria uma das primeiras e mais antigas "favelas" do Rio de Janeiro saíram dos antigos cortiços e casebres que foram destruídos para trazer saneamento e melhorias e novos ares



para o que seria o projeto de uma nova cidade. A Política de Modernização de Pereira Passos, vulgarmente conhecida como "bota abaixo", retirou muita gente do centro para a construção da Avenida Central - hoje Avenida Rio Branco - trouxe, além da modernização, a divisão de classe social para aquela sociedade, que se perpetua até os dias de hoje. Aqueles que não podiam pagar uma nova moradia, mas precisavam trabalhar próximo do Centro, buscar seu sustento e de sua família, buscaram uma alternativa de moradia no local chamado Santos Rodrigues, posteriormente Rua São Carlos.

Uma grande população desde 1920 vai surgindo no que hoje chamamos de Morro de São Carlos, sem infraestrutura, com ausência do poder público em várias áreas inclusive educação. Nesta comunidade o aparecimento das creches comunitárias ou filantrópicas surgia. Não eram formais, institucionalizadas, mas supriam de certa forma a necessidade de mulheres que precisavam trabalhar, e não tinham onde deixar seus filhos e nesses lugares encontravam as chamadas "cuidadoras" que prestavam o serviço.

Educar não era necessariamente a intenção nestes lugares, diferente das pré-escolas oferecidas em lugares de população de melhor classe econômica. A preocupação nas creches comunitárias era com os cuidados com a higiene, alimentação, o sono etc. O trabalho era mais assistencialista, mas a demanda por espaços de qualidade e em maior número era urgente para toda essa população.

Melo e Coelho, (1988, apud Brasília, 2006, p.35), revela que nos anos 1970 os movimentos populares cresciam e reivindicavam melhorias na infraestrutura e condições de vida. A população que crescia no Morro do São Carlos era formada por um bom número de operários politizados que aprenderam a reivindicar seus direitos, pois recebiam influências de sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro e mantinham uma Associação de Moradores no local. Conforme Eladir Fátima Nascimento dos Santos (2011), em seu texto, "Eles eram do morro do São Carlos, agora são do CV ou do TC - uma discussão sobre identidades":

Foi no Morro do São Carlos que saíram as principais lideranças do movimento de favelas do Rio de Janeiro, Vicente Ferreira Mariano, que foi Presidente da Associação de 1963 A 1973 e Presidente da Federação de Favelas Rio de Janeiro (FAFERJ). E Abdias Nascimento que foi Presidente da Associação de 1965 a 1968 e membro Deliberativo da FAFERJ. (NASCIMENTO, 2011, p. 4)

Foi também um lugar de efervescência cultural e bastante frequentado por todo tipo de pessoas, onde se dava o encontro de malandros, as chamadas "mulheres da vida", bambas, compositores, músicos, vindo de várias outras localidades, se juntavam para se divertirem, bebericar, discutirem, criarem composições e cultivar o novo ritmo, o "Samba". Lugar onde nasceu e foi criada a primeira escola de samba do Rio, a "Deixa Falar." Dali nasceu também a "Paraíso das Morenas", "Recreio de São Carlos" e "Cada ano sai Melhor". Em 1950 se unem e formam a "Unidos de São Carlos", e que mais tarde se tornou o "Grêmio Recreativo Estácio de Sá." (NASCIMENTO, 2011).

Todo esse movimento que acontecia em todo o Rio, principalmente no Centro, onde grandes mudanças aconteciam, também acontecia nos Morros e comunidades da cidade. Havia um entendimento por essa população de suas necessidades. Os Movimentos Sociais tomando espaço, os Movimentos negros requerendo melhorias, construção de creches, educação de qualidade, denunciavam o racismo nas escolas, a evasão escolar, trazia consigo a chegada da década de 1980 com a voz do povo ecoando e o apoio de alguns que compunham a força política do país e levaram a frente a exigência de uma educação de qualidade para todos.

Podemos lembrar aqui que em vários morros e comunidades foi estabelecida a Fundação Leão XIII, que atuava especificamente junto a moradores de favelas e atuou no Morro de São Carlos. "Sua criação deu-se em 1947 pelo governo federal e atuava nas localidades com ações do Governo do Estado e Igrejas Católicas. Atuava como controle social e político de setores dominados através de desenvolvimentos de projetos e de reintegração social." (Cristiane de Barros Pereira, 2007).

Era a força do Estado de certa forma procurando controlar essa população que crescia de maneira desordenada. Através deste órgão, entre outros, o Estado conseguia entrar nestes espaços, buscar informações, fazer os levantamentos necessários para suas ações e as igrejas catequizava fieis para as denominações. Refletimos então sobre o significado na educação infantil a partir do entendimento de que, como declara Corsino, (2009),

A institucionalização das crianças pequenas é uma realidade que precisa ser pensada pelas políticas públicas, tanto em relação à democratização do acesso, já que o estado brasileiro ainda não consegue atender à demanda

creches e pré-escolas públicas e gratuitas, quanto à garantia da sua qualidade. (CORSINO, 2009, p.4)

Uma das primeiras pré-escolas estabelecidas no alto do Morro do São Carlos foi a Pré-Escola Leão XIII, hoje EDI (Espaço Desenvolvimento Infantil Leão XIII). Outra creche que nasceu da vontade de moradores e apoio da Igreja Católica foi a Santo Antônio de Pádua, hoje Sempre Vida Santo Antônio de Pádua, assumida posteriormente pela Secretaria Municipal de Educação. Ter o entendimento que todas as crianças tem o direito à educação, e de qualidade, é mostrado no texto de Corsino (2009), ela declara que:

Ter acesso à educação infantil um direito constitucional das crianças desde que nascem, um direito que abarca outros direitos, na medida em que inclui a proteção das crianças de qualquer tipo de negligência ou violência, a provisão de suas necessidades básicas – físicas e emocionais, tais como saúde, higiene, alimentação, afeto, curiosidade etc. (CORSINO,2009, p.4)

Esse acesso permitiria a toda criança uma participação progressiva do seu desenvolvimento. Mas todo esse ideário desde o início não foi estabelecido, pelo contrário, a desigualdade já na educação Infantil se faz presente no atendimento a essas crianças.

No Caderno de Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006), tendo como Coordenadora do tema “Educação Infantil”, Patrícia Maria de Souza, destaca a pesquisa de Rosemberg, que mostra essa desigualdade de atendimentos nos espaços construídos em regiões mais pobres desde a década de 1980. A autora ressalta que tanto as creches construídas em regiões que tem um atendimento assistencialista quanto àquelas estabelecidas em outras regiões de melhor poder econômico, reconhecido como Escolas de Educação infantil - sofre do mesmo mau, baixo padrão de qualidade de ensino, insatisfatórios. Rosemberg, (1991, p.28, apud Brasil, 2006, p.38). Segundo Patrícia Maria de Souza, isso colabora para uma desigualdade na trajetória educacional dos envolvidos.

A década de 1980 trouxe consigo a demanda social, econômica e cultural e a contínua necessidade de uma educação de qualidade, melhores condição de vida, novas ideologias, nova ordem mundial, estabelecimento de grupos sociais, partidos políticos, e as reivindicações sociais e dentre elas o aumento do número de vagas nas creches. Os Movimentos Sociais entre outros exigiam uma educação de qualidade para todos. A demanda era grande por creches e escolas em áreas de morros e favelas, como nos demais locais do Rio de Janeiro e em outros Estados.

Se anteriormente a necessidade por creches era para ajudar as mães que precisavam trabalhar, como pontua Corsino (2009) "(...) não são apenas para as mulheres trabalhadoras de classe populares que precisam colocar seus filhos em uma creche, mas a necessidade é de "todas as crianças," (...) a educação infantil faz parte do processo de socialização das crianças de qualquer classe social." (p.3). Seja ela de classes populares ou abastadas, mas sabemos que a dificuldade de obter uma educação de qualidade, um espaço apropriado de convivência se dá mais nas classes populares.

Corsino defende que esses lugares são como: "Lugar de socialização, de convivência, de afeto, de ampliação e inserção sociocultural, de constituição de identidade e de subjetividades". (CORSINO, 2009, p.4). Mas ainda que para que todo esse processo aconteça para todas as crianças, Santana, 2006, afirma que, ainda que essa educação seja para todas as crianças:

A discriminação vivenciada cotidianamente compromete a socialização e interação tanto das crianças negras quanto das brancas, mas produz desigualdades pra as crianças negras, à medida que interfere nos seus processos de constituição da identidade, de socialização e de aprendizagem. (BRASIL, 2006, p.38)

A institucionalização da educação, dando direito à educação para toda criança desde o seu nascimento foi aprovada e está no Artigo 208, inciso V da Constituição de 1988. As lutas dos movimentos sociais locais, as ações de bancadas políticas, ações acadêmicas colaborando com suas pesquisas e a intervenção de Órgãos Internacionais como UNICEF, UNESCO, BIRD, Banco Mundial - cada um com seus interesses - entre outros.

Desta forma, o conjunto destas forças colaborou para a aprovação da Lei que não dava apenas o direito aos filhos das mulheres que trabalhavam fora, mas sim o direito a "toda a criança" e delegava a obrigatoriedade do poder público municipal a oferecer creche e pré-escola a todas as crianças. (CORSINO, 2009). Pelo menos a lei existe, a sua total efetivação é outra caminhada.

Como contribuição nas questões que diziam respeito aos direitos da infância, e a responsabilidade do poder público quanto a mudar o olhar para a importância da criança e sua formação, na década de 90 houve a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990. Nele a criança torna-se prioridade e é reconhecida como ser social, detentora de direitos, que necessita de proteção social

no desenvolvimento e construção de sua infância. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases, LDB, assume a educação Infantil oferecida nas creches e pré-escolas como parte integrante da Educação Básica, como é relatada em seu Art. 5º, § 1º, que trata do Direito à Educação e do Dever de Educar.

Todos esses movimentos vieram contribuir para um investimento maior na educação infantil como: a construção de novas unidades, na formação de professores, projetos de permanência de crianças exigindo maior responsabilidade dos pais, etc.

É fato que hoje, com o crescimento da população local, houve um empenho na construção de mais creches que hoje prestam serviço em todo o Complexo, mas que ainda - devido o crescimento da população - não supre a necessidade local. Hoje temos o total de sete creches, mas todas tem uma fila de espera para que as mães consigam uma vaga para seus filhos nessas unidades.

De seu funcionamento.

Esta Creche está inserida no Programa Primeira Infância Completa (PIC) que tem como um dos seus objetivos contemplar o atendimento à infância e às famílias. E para isso conta com o apoio de duas Secretarias, a de Saúde e Assistência Social. Além dos atendimentos feitos durante a semana, oferece atendimento aos sábados de 8h às 16 horas direcionadas a crianças que não estão sendo atendidas regularmente.

No atendimento regular na modalidade Educação infantil, o horário é integral de 7h às 16h30min, a Creche funciona dando atendimento:

2 (duas) turmas de Berçário. Cada turma com 25 crianças de (0 a 2 anos);

3 (três) turmas de Maternal. Cada turma com 25 crianças de (2 a 3 anos);

3 (três) turmas de Maternal II. Cada turma com 25 crianças de (3 a 4 anos).

Hoje a Creche funciona com o total de 39 profissionais. Destes profissionais, 13 são Professores, 21 são auxiliares e 5 pessoal da área de apoio.

De sua estrutura.

Em relação à estrutura física, oferece um espaço seguro, acolhedor e que trouxe uma melhoria de vida considerável a essas crianças e uma mudança de vida para elas e seus pais. “Ela comporta três andares, cinco salas de atividades do maternal, dois berçários, um lactário, quatro solários, um parquinho, dez banheiros, lavanderia, refeitório, garagem, sala de direção, despensa de depósito.” (Projeto Político Pedagógico, 2012). As salas são climatizadas e com ventiladores e as paredes dos corredores tem revestimento de piso para uma melhor limpeza. Na área externa tem jogos pintados no chão, nas salas de atividades foram formados cantinhos fixos de leitura, brinquedos, jogos e artes plásticas e nos demais espaços foram criados os cantinhos móveis.

### Dos funcionários

Como alguns pesquisadores da área de ensino defendem, é de suma importância a formação continuada das professoras/es para melhor compreender e contribuir para o conhecimentos de seus alunos e poder trabalhar temas diversificados em sala de aula. Pensando na importância da formação, buscamos a contribuição que cada professora tem dado para sua formação e conseqüentemente para todas as crianças. A creche conta com o total de treze educadoras, dessas, uma possui o mestrado; cinco possuem pós-graduação; outras cinco têm a graduação, uma com graduação em andamento e uma concluindo o curso Pró-Infantil, - curso em ensino médio, na modalidade Normal oferecido pela Secretaria de Educação na forma presencial para profissionais que atuam em sala de aula de educação infantil. (portal mec.gov.br). Todas formadas na área de humanas, com áreas como, Pedagogia, História, Português e algumas concluíram o ensino médio na modalidade Normal.

Uma graduação, pós ou mestrado deve ou deveria ser a busca de qualquer professora/o, pois essa busca por uma melhor formação contribui, auxilia no desenvolvimento de seus saberes e no enfrentamento de alguns desafios junto à suas atividades educacionais, junto a comunidade e as necessidades que esta comunidade possa apresentar no decorrer da construção de ações e propostas que serão necessárias para a formação de todas as crianças.

### Das crianças e as características desta comunidade.

Em sua maioria seus responsáveis são negros, pardos e também temos brancos. Uma comunidade com uma grande diversidade de etnias. Muitas dessas crianças já são as terceiras gerações de suas famílias que moram na comunidade. Muitos dos pais e familiares sentem-se pertencentes desta comunidade, da sua história cultural, do samba, do funk e infelizmente da violência. Carregam consigo uma história de violência, que se perpetuou durante anos e trouxe grande sofrimento e desespero a toda a população. Mesmo nos tempos de hoje com a entrada da UPP, que prometia algo novo - como fim da violência, diminuição do tráfico, a ação do poder público mais efetivo - a violência ainda nos é palpável. O trabalho no tráfico ainda tem levado muitos dos nossos adolescentes, e a morte tem alcançado muitos de nossos jovens, e as vagas para os empregos ainda não alcançam a todas as famílias, assim como as vagas nas creches não é para todas as crianças.

De uns dez anos pra cá temos observado a chegada ao local de outra população, vinda da Região Norte e Nordeste e continuam ocupando esses espaços, hoje e como no início do século XX muito disputado. Vêm com suas histórias, suas dores, suas formas de culturas e se misturam nestes espaços buscando uma maneira de sobreviver nesta selva de pedra.

Toda essa diversidade de pessoas e histórias, a Creche, de alguma maneira tenta absorver e oferecer os seus serviços. As crianças que são recebidas nem sempre tem como seus responsáveis seus pais. Muitos são cuidados por um irmão/a mais velho/a, um tio, uma avó ou pelos vizinhos, outras formações familiares que demonstra a necessidade e a importância do olhar dos profissionais da Creche a estarem atentos às relações sociais, educacionais e econômicas que permeiam a comunidade escolar.

Diante deste quadro, da variedade das histórias de cada criança que é recebida pela creche, entendemos que há uma grande necessidade que o profissional de apoio e aqueles que vão lidar diretamente com eles sejam capacitados continuamente a desenvolver estratégias para contribuir para o bom desenvolvimento dos alunos. Uma melhor atenção nas relações que se dão em sala auxilia ao professor para interferir em situações problemas que naturalmente aparece como discriminação de – cor, raça, deficiência, gênero, etnia, dificuldades de relacionamento, pobreza etc. A possibilidade em desenvolver habilidades e estratégias educativas de forma a atender as especificidades de cada criança , vem

a colaborar para desnaturalizar situações que estão no imaginário coletivo que de alguma forma constroem os estereótipos e produzem os preconceitos.

Todas as situações que se apresentam, e a preocupação com a formação desta criança, a Direção tem buscado visitar as salas, acompanhar algumas aulas, para tentar junto aos educadores buscar meios para melhorar a convivência. A educadora consciente de sua função social tem por dever, intervir nas relações, buscando de alguma maneira definir propostas que possam contribuir para a resolução de situações – problemas do cotidiano do aluno.

#### Da Direção

O trabalho da Direção da Creche tem tentado, de algumas formas, fortalecer o relacionamento com a comunidade através de movimentos, como feiras, festas de datas festivas, criação de empréstimos de livros, confraternizações, projetos etc., a inserção das famílias, construindo parcerias com os mesmos.

A Diretora tem 47 anos, formada em Pedagogia e pós-graduada em Administração Escolar, teve toda sua infância e juventude construída nas ladeiras do Morro do São Carlos. Moradora do local desde pequena conhece as necessidades, seus problemas e as possibilidades que a comunidade oferece. Deixou a local já formada e após seu casamento. Trabalhou na Escola Leão XIII em 1991, depois na Creche Raquel de Queiroz em 2004. Em 2006 retorna a Escola Leão XIII como Diretora. Em 2009 retorna a Raquel de Queiroz e em 2009 assume como Diretora da Creche Estácio de Sá.

De alguma maneira, conhecer as necessidades locais e formas de vencê-las com o conhecimento que adquiriu no exercício de sua profissão tem contribuído para que a Direção tenha um interesse maior pelo trabalho escolar, um olhar diferenciado para as crianças, pois conhece alguns desafios junto à comunidade e seus moradores que talvez outra na função não tivesse a sensibilidade de conhecer e buscar meios de vencê-los.

A creche tem resistido com todas as dificuldades operacionais, educacionais, mas também tem contribuído para a formação, cuidado, apoio, crescimento e desenvolvimento de muitas crianças que por lá passam.



### Capítulo 3: Análises das Entrevistas

Em acordo com a orientadora da monografia, decidimos não só analisar a bibliografia, mas também realizar entrevistas com os professores da creche para termos uma noção maior do que eles estavam vivenciando no dia a dia a aplicabilidade da Lei 10.639/03.

Decidimos trabalhar com as turmas de Maternal I e Maternal II, somente com as professoras de cada sala, já que dentro de sala trabalham também auxiliares. Foram realizadas 10 (dez) entrevistas com as professoras. Elaboramos um roteiro com 6 perguntas para realização das entrevistas.

Após essa elaboração, passamos para a Diretora da Creche, que aprovou a realização das entrevistas. Foi solicitado o Termo de Consentimento, preenchido e assinado por cada professora que aceitou participar da pesquisa. Das 10 professoras, apenas duas optaram em responder as perguntas por escrito, as outras concordaram que as entrevistas fossem gravadas. A Diretora da Creche permitiu que se fizesse as entrevistas no horário de intervalo sem que houvesse interferência no horário de trabalho das professoras.

Para análise das entrevistas, transcrevemos todo o conteúdo e destacamos as falas que achamos mais importantes e aquelas que se repetiam, mostrando para nós uma preocupação ou algo que era recorrente entre as professoras. Subdividimos conforme cada pergunta feita sobre o conhecimento da Lei e sua aplicabilidade dentro de sala de aula e a visão que cada uma tinha do tema. O roteiro das entrevistas encontra-se em anexo.

O capítulo 3 está organizado da seguinte forma:

- a) Percepções sobre a Lei 10639 e se acha importante tratar dessa questão? (análise das questões 1 e 2)
- b) Acha que o professor deveria ter uma formação específica no tema e ter sensibilidade nas questões raciais?(questão 3)
- c) Soube da existência de projeto na creche relacionado ao tema? (questão 4)
- d) Conhecimento e opinião sobre casos de preconceito e como acha que deveria ter sido feito para solucionar a questão? (questão 5 e 6 )

Usaremos como descrição das participantes a letra “P”, mantendo anônimas as professoras seguida de um número que corresponderá a ordem das entrevistas catalogadas, seguindo o número ordinal sequencialmente.

a) Sobre a Lei 10.639/03 e a importância de seu conhecimento para os professo

Conforme declara Munanga:

[...] Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p.17).

Concordamos com Munanga (2005), dentre outros autores quando declaram que a educação também é capaz de oferecer essas possibilidades, e que o educar não é só através da escola, mais outros lugares como família, associações, organizações e outros grupos. Mas a escola ainda é o lugar de maior| acesso às famílias para enviarem seus filhos para adquirir esses conhecimentos.

E é aí que está a grande importância da professora em ter sensibilidade e capacidade de desconstruir os estereótipos, mitos, preconceitos, discriminação etc. Também é necessário que esse professor – que foi formado “neste sistema cultural desta sociedade racista”, como nos alerta Munanga (2005) - se desconstrua de seus preconceitos, busque o conhecimento necessário nessas áreas para enfrentar as situações que porventura apareçam dentro de sala.

Conhecer a Lei seria um dos primeiros caminhos para que haja uma mudança de pensamento, de postura, de currículo, para que se construam outras histórias. E para isso vemos a importância da formação do professor que atua principalmente na educação infantil, como ele pensa e lida com seus preconceitos, como tem sido sua atuação e prática, o que ele acha importante, quais suas indagações, preocupações e quais suas perspectivas.

Para compreendermos um pouco tudo isso, iniciamos essa pesquisa perguntando, em primeiro lugar, se as professoras conheciam e consideravam importante a Lei 10639/03. Dentre as respostas que nos foram dadas, nos alertou o

não conhecimento da lei em si, mas no senso comum do assunto, quando eu relatava do que se tratava, já tinham ouvido falar algo. Vejamos:

*P.4 - "A lei, é o que eu te falei, associar a lei ao que é não associao. Mas, quando você me fala que se trata disso, ai sim. Já ouvi falar."*

*P. 6 - "Não. Eu já tinha ouvido falar, mas não sabia que era essa Lei. Já tinha ouvido falar que havia tornado obrigatório."*

*P.7 - "Não. Não me lembro do número da Lei, mas já tive algumas disciplinas que falaram algo sobre, mas não especificamente sobre a Lei 10.639/03."*

*P.7 - "Sim, já ouvi falar, inclusive minha monografia foi sobre ela também é.. eu acredito que essa Lei que funciona pouco na prática mas é muito boa na teoria, ela deveria ser mais praticada nos espaços. Acho que a Lei pra ser melhor praticada, nós deveríamos ter uma formação que hoje não acontece na realidade."*

*P.9 - "(Risos) Não. Nunca tinha ouvido. Conversando agora a respeito da Lei, agora sei do que se trata, mas falando da numeração não saberia qual era."*

Pelas respostas apresentadas, observamos que as entrevistadas em geral ouviram falar da Lei 10639, porém não tem muito conhecimento do seu conteúdo e por não conhecerem talvez não se sintam à vontade para aplicá-la na prática. Vemos também a necessidade da formação na graduação e na formação continuada na intenção de trazer novas Leis, novos conhecimentos, atualizar o professor, compartilhar iniciativas, gerar discussões, novas práticas etc.

Com a implantação da lei 10639/03 houve o entendimento de se estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Segundo as Diretrizes é necessário que se tenha uma consciência política e histórica da diversidade de nossa população e para isso há a exigência que,

Os professores sejam competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a se relacionar com respeito sendo capazes de corrigir posturas atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação. (BRASÍL, 2003. p.12)

Como declara Rocha, (2006), "as poucas iniciativas que vem ocorrendo no sentido da implementação da Lei tem contado em grande parte com a participação do Movimento Social Negro, inclusive aquelas iniciativas relacionadas à formação dos educadores." (ROCHA, 2006, p.84)

- b) Acha que é importante tratar dessa questão e o professor ter sensibilidade nas questões raciais?

Para que haja uma efetiva aplicabilidade da lei, as Diretrizes Curriculares (2004) orientam:

A busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas. (BRASIL, 2003, p.19)

Quando perguntamos as entrevistadas sobre a importância de tratar essas questões, algumas não achavam importante conhecer e usavam como pretexto o assunto miscigenação, “Somos todos afrodescendentes!” Outra questionava o porquê de uma lei se tratar especialmente “do negro” ou porque de uma lei específica.

*P.4 - “Eu não sou contra nem a favor. Eu sinto assim, como se todo mundo fizesse a discriminação, por que eu também sou negra, olha minha cor! A gente é, e todos nós somos Afrodescendentes.”*

*P.4 - “Mas assim, não sei se deveria ter uma lei, uma coisa pra tratar disso. A gente acaba criando um monte de lei que no final das contas não se fiscaliza.”*

*P.5 - “Sim. Até por que o Brasil é formado por várias etnias e acaba abrangendo não só a questão da África, mas outras nacionalidades também. É importante pra criança ter esse assunto desde pequeninos dentro de sala, porque é um respeito às diferenças. Bom, é necessário. O que me preocupa nesta Lei é trabalhar apenas, assim com um tipo de etnia! Pois nós temos várias e ai existe sim o preconceito não só com o negro, mas com o japonês, com o argentino, com qualquer pessoa que venha de fora e que não faz parte de determinado grupo.”*

O discurso de que a Lei não é necessária, ainda mais se tratando do tema étnico-racial, preconceito, discriminação, é comum entre as professoras e parece que assusta as nossas entrevistadas. Não somente a elas, mais muitas outras pessoas. O tema dá certo incômodo às pessoas. Partir deste incômodo para a fala de que “todos nós somos” - a miscigenação – a utópica “democracia racial” – nos parece quase que um caminho sem volta ou mesmo um atalho para fugir do reconhecimento do racismo.

Por isso, quando as Diretrizes Curriculares traz em seus Princípios: “Consciência Política e Histórica da Diversidade”, alerta que:

A desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela

ideologia do branqueamento, pelo mito que tanto mal fazem a negros e brancos; (BRASÍL, 2003, p.17)

“... tanto fazem mal a negros e brancos”. Sim, mal, pois como diz Munanga (2005), “aos brancos trouxe um ar de superioridade e ao negro de inferioridade e os dois tiveram uma educação envenenada pelos preconceitos e tiveram suas estruturas psíquicas afetadas.”

Sentimentos que se perpetuaram, e buscar a liberdade é um movimento que se faz necessário aos dois. Para Munanga, podemos reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade.

Quando a *P.5* declara que essa lei a preocupa, pois trata só de uma etnia, e não de outras, para nós, é objeto de preocupação. O que um japonês ou um italiano ou pessoas de outras nacionalidades que tiveram incentivos para entrar no país e se estabelecer, sofreram ou foram violados em todos os seus direitos, aviltados em seus direitos de seres humanos, impedidos de estudarem e assim conseguirem uma melhor condição de vida, invisibilizados em suas histórias de resistências, inferiorizados por suas características físicas por mais de três séculos, etc., para que tivessem - através de muita luta - uma lei, ou, o reconhecimento das injustiças vividas e o direito a efetivamente ter sua grande contribuição na construção da história desse país?

Por que o outro – seja quem for – é sempre mais importante que o negro? Porque nos parece que nesta fala da *P.5*, o negro parece estar usurpando o direito dos outros de ter uma história contada, ou a história da escravidão, preconceito, do não lugar, da invisibilidade, da falta de memória, das lutas do negro, não lhe dariam o direito de culminar em uma Lei?

No livro “Peles Negras Mascaras Brancas”, de Frantz Fanon (2008), Lewis R. Gordon no seu prefácio, afirma: “A liberdade requer um mundo de outro. Mas o que acontece quando os outros não nos oferecem reconhecimento.” Creio que a busca por essa liberdade, respeito, é a busca por seu espaço, por legitimar a sua história, mas em todo o tempo o outro não permite esse acesso, como não reconhece o direito do outro – do negro - daquele que foi discriminado, escravizado, negado, impedido, etc.

Guardando a história e importância de cada grupo citado pela *P.5* – que sim, também colaboraram para a construção desse país - não há que se comparar - há na verdade que se conhecer e reconhecer a real contribuição da população negra

em todas as áreas de construção deste país, e se a lei foi estabelecida é por que através de todas as lutas e outras vozes houve o reconhecimento das injustiças, houve preconceito e discriminações, de negação que se estabeleceu e que se perpetuam - infelizmente - até os nossos dias.

*P.5 - “Então, com a educação Infantil a gente consegue trabalhar com todos, não especificando apenas um, ensinando que o respeito às diferenças é importante em qualquer lugar do planeta”.*

*P.5 - “Todo o professor tem que ter essa sensibilidade até porque as pessoas são diferentes, não só na questão étnica, mas na questão mesmo do ser cada indivíduo é diferente.”*

*P.9 - “Acho que o Professor que não tem sensibilidade não poderia ser Professor. É... todas essas questões de classe social, questão de pele e minorias, a gente que é da educação temos que ter muita sensibilidade para tratar...”*

Quando analisamos essas vozes, destacamos mais uma vez a “democracia racial”, uma ideologia praticada e difundida ao longo da primeira metade do século XX, como declara Cavalleiro, 2012. Para a autora esse fundamento foi um desserviço às discussões étnico-raciais que ocorriam e ocorrem até os dias de hoje, impedindo a sociedade de ter uma visão crítica e verdadeira do assunto.

Quando olhamos para as respostas, podemos notar que as P.5 e P.9, e outras, não conseguem falar na palavra racismo, negro, preconceito, etc. Vemos “... questão de pele; classe social; respeito às diferenças”. Ou, maximizando o caso, colocando-o como uma questão mundial – “em qualquer lugar do planeta.”

Oracy Nogueira (1954) defendeu em seus estudos a concepção de que havia dois tipos de preconceitos, o de “marca” - que era predominância no Brasil – relacionado à aparência, traços físicos, gestos, diferente do que acontecia nos EUA, que segundo ele definiu como preconceito de “origem” – que neste caso basta à suposição que o indivíduo descende de outro grupo étnico pra sofrer o preconceito.

A ideia de que ocorria uma “democracia racial” no Brasil era “vendida” para o país e para outros países como EUA. Se não se comenta, o problema não existe, parecia ser esse um dos pactos.

Um fato ocorrido aqui no Brasil e que colaborou para as discussões acaloradas e para afrontar a falácia da “democracia racial” foi a aprovação no Congresso da Lei 1.390/51 que recebeu o nome de seu autor, o Deputado Afonso Arinos. Lei essa que tornava contravenção penal qualquer tipo de prática que resultasse preconceito de raça ou cor.

Os jornais da época ressaltavam que a motivação para o Deputado foi quando a bailarina Katherine Dunhan, em excursão com sua Companhia de Dança, chega ao Brasil em 1950 – Rio de Janeiro - tentou se hospedar no Hotel Serrador, sofreu discriminação e foi impedida de permanecer no local.

Ainda que esse fato, entre outros, tenha servido para desmitificar a falsa democracia racial e provocar comentários - não dentro, mas fora do país - e levando em conta a relevância do Projeto de Lei aprovado, Afonso Arinos até sua morte não conseguiu ver um indivíduo ser preso pela prática de racismo e discriminação.

Como muitos comentavam na época, essa Lei como a seguinte, apresentada pelo Deputado Carlos Alberto de Oliveira - Lei Caó Nº 7.167/89, foram leis muito duras e foram “leis pra inglês ver”.

Como declara Abdias Nascimento, a democracia racial é:

*(...) uma fachada despistadora que oculta e disfarça a realidade de um racismo tão violento e destrutivo quanto aquele dos Estados Unidos ou da África do Sul. (...) Não se resolvem problemas utilizando-se o método avestruz: o método de ignorar a realidade concreta metendo a cabeça na areia. (NASCIMENTO, 1983, p. 28, apud CAVALLEIRO, 2012, p. 29)*

Para Abdias do Nascimento, um dos princípios para vencer é desfazer essa utopia criada como uma ideologia e que atingiu a brancos, negros, amarelos e está consciente ou inconsciente nas ações de cada um. Como professores, após a Lei 10639/03, não é mais possível, ignorar a realidade, silenciar-se, omitir-se, negar-se. A sensibilidade do professor está também em reconhecer a importância da lei e não mais fechar os olhos para as questões étnico raciais que se apresentam em sala.

Para essa conscientização, conhecimento da história de resistência, desigualdade, omissão, etc. desta população e suas lutas e paradigmas está a necessidade - além da sensibilidade – da formação desta categoria. Por essa razão analisamos a seguir as respostas referentes á importância da formação do professor nestas temáticas.

c) Acha importante a formação específica do professor no tema?

*P.4 - “Também acho que não. Acho que isso é uma questão de índole, de caráter. E caráter não tem formação e caráter se aprende dentro de casa, por que se não vamos ter que ter formação pra um monte de coisa.”*

*P.4 - “...Ou seja , será que as pessoas vão ter formação? As pessoas vão continuar tendo formação e fazendo as mesmas coisas.”*

Conforme declara P.4, não se faz necessária uma formação, pois segundo a mesma, “Isso se traz de casa”! Creio que se refere a algumas professoras que quanto mais aprendem fazendo vários cursos, ainda assim permanecem fazendo o que não é pra ser feito, porque não querem mudar mesmo, ou não querem construir novos caminhos.

Em sua maioria, as professoras concordaram quanto à necessidade de ter uma formação específica para conhecimento da Lei.

Vejamos.

*P.6 - “Acho sim. Só que, acho que a faculdade ela deixa bastante a desejar, se você não for procurar nas disciplinas eletivas você não consegue ter esse conhecimento né.”*

*P.8 - “Então, cabe ao Professor ver a necessidade de sua turma e reconhecer o quanto isso é importante pra ele ter autonomia e buscar com seu próprio conhecimento as estratégias para poder trabalhar diversos assuntos, tendo a consciência de que é importante para construção da identidade da criança e uma forma de você derrubar o preconceito”.*

*P.8-“Sim. Com certeza acredito que sim. Deveríamos ter uma formação e nós deveríamos ter olhares diferenciados...”*

*P.8 - “Nós aqui trabalhamos com crianças pequenas, mas você vê que já há certa... Não digo discriminação, mas uma forma de selecionar entre elas, escolhendo com quem brincar com quem eles podem dançar nos momentos mais lúdicos.” “Então, é possível reconhecer sim isso, e trabalhando efetivamente dentro de sala de aula, nós contribuimos para que isso venha sendo desconstruído pra que no futuro essa criança não se torne um adulto preconceituoso.”*

Em uma das frases muito divulgada de Nelson Mandela, Ex-Presidente da África do Sul, diz: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”. (1995).

A importância da formação específica sobre a lei, ou o oferecimento dela na graduação ou na formação continuada é de grande relevância para que a professora consiga enxergar esses momentos e, com o conteúdo aprendido e compartilhado, criar estratégias para desconstruir esses e outros impasses citados pela professora. Essa criança pode sim aprender, ser ensinada a não ser preconceituosa. Segundo Gomes, (2003).

A escola pode ser considerada, então como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola tanto pode valorizar identidades e diferenças, quanto



pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.  
(GOMES, 2003, p.171)

*P.9 - “Então, a gente tem que saber muito a respeito das Leis, a gente tem que ser qualificado a todo o momento, em todas as áreas. Se não houver qualificação profissional, não tem ensino de qualidade...”*

*P.9 - “... é que na verdade a mentalidade do professor é calcificada de uma forma, mais é importante uma repaginação do professor, do conhecimento, de curso a respeito...”*

Quanto à formação inicial do professorado e sua formação continuada, há que se deixar claro os esforços que tem sido empenhados por parte de órgãos como os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros - NEABs, que funcionam em dezenas de universidades; a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. ONGs como o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP-RJ e o Movimento Social Negro, são órgãos que tem contribuído para formação e preparação de professores, através de Cursos, pesquisas, publicações, práticas do Movimento Negro, coletivos culturais, seminários e formação continuada oferecida em universidades, assim como, mais recentemente o oferecimento de o curso de mestrado pelo CEFET-RJ e cursos de especialização como a Universidade Federal Fluminense.

Pereira, (2014), no livro *Educação das relações étnico-raciais no Brasil: Trabalhando com Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras nas Salas de Aula* - uma de suas contribuições para se trabalhar a Lei 10.639 - diz que para se dedicar ao tema é necessário: “(...) estudar, ler, informar-se, sempre e mais. afinal, o que está em jogo é muito mais do que a competência do profissional, dos educadores: é o compromisso com um país mais justo e com um mundo para todos e todas.”(PEREIRA, 2014, p.11)

Muitas vezes, como relata *P.9*, há uma certa dificuldade dos Diretores em fazer com que professores/as se envolvam com o tema e tenham interesse em frequentar um curso, por acharem desnecessário ou não verem importância. Não querem se abrir para o novo, não querem mudar suas metodologias, rever currículos e acham o tema muito polêmico. E muitos acham que vão ter que falar de religião afro-brasileira e não se sentem a vontade, ou se sentem despreparados.

Outras reconhecem a necessidade de qualificação para uma melhor prática, pois desconstruir velhos hábitos, buscar conhecimentos, cursos novos, ter interesse em melhorar sua prática é um movimento que enriquece ao professor e a escola.

Para Pereira, 2014, é importante, “formar subsídios para pesquisadores e estudantes, bem como para a prática de professores responsáveis pela educação básica, com o objetivo de ampliar seus conhecimentos em relação à história e cultura africana.” (PEREIRA, 2014, p.15).

Assim como esse livro, muitos outros tem contribuído para fornecer material com referencial teórico, com praticas que auxiliarão aqueles professores que verdadeiramente se interessem.

Relato que quando procurava um curso que contemplasse a Lei 10639/03, consegui um oferecido pelo CEAP-RJ – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas do RJ. Foi oferecido uma turma no polo Rio de Janeiro, mas só consegui no Polo São Gonçalo. Era o Curso de Formação de Professores: História da África e Educação das Relações Étnico Raciais Lei 10.639/03. Ele foi oferecido em seis polos: Rio de Janeiro, Macaé, Volta Redonda, Nova Iguaçu, São Gonçalo. O CEAP trabalha em parceria com as Universidades locais ocupando os espaços, e o apoio financeiro vinha da PETROBRAS. Cada Município colaborava fornecendo o lanche para os alunos.

E como se dava a chamada para a formação das turmas? Além das chamadas pelas redes sociais, o curso foi oferecido nas escolas. A direção colocava uma listagem na sala dos professores, e aqueles que se interessassem procuravam a Coordenação.

O curso era ministrado aos sábados no horário de 8h as 17h, iniciou no mês de setembro e terminou em novembro de 2014. Na minha turma em São Gonçalo – na UERJ-FFP, iniciou com o número de 25 pessoas e terminou com umas 16 pessoas. A maioria dos professores do curso eram engajados com a temática e sensibilizados com o tipo de relações que observavam no cotidiano escolar, muitos pertenciam também de alguma forma ao Movimento Social, ou eram de religião Afro Brasileira. Outros eram alunos de História ou de Pedagogia da própria faculdade que tinham bolsa e foram “convidados” a frequentar o curso, e outros professores estavam lá porque precisavam de carga horária para ganho econômico - no caso de curso de especialização, 3%. Em sua maioria os alunos do curso eram negras/os.

O desafio maior era manter esses professores engajados, prontos a frequentar as aulas, visto que sua jornada de trabalho era pesada, e aos sábados tinham que estar o dia inteiro nas aulas. Relatos feitos por professoras que estavam lá era que aquelas que não vieram faz o curso, ou não tinham tempo ou não achavam relevante, pois “não dariam aula sobre “macumba”, ou que não ganhariam nada em troca, pra que frequentar as aulas”!

Como declara Gomes, ( 2003),

(...) mais do que um desafio, a discussão sobre raça e educação, nos seus múltiplos desdobramentos, é um dever dos educadores e educadoras e também responsáveis pela condução dos processos de formação docente. (GOMES, 2003, p.181)

Como vimos acima, há casos em que a formação continuada é oferecida e há uma certa resistência por parte do professor, mas é observado também quando a Direção da escola não incentiva e não dá apoio a seus professores para a realização de formação continuada e não apoia a realização de trabalhos na escola. Na Creche Estácio de Sá, vimos ao contrário, pois a direção apoiou e colaborou para realização de alguns trabalhos. Um dado que merece importância quanto à formação e citado por algumas professoras, é quanto ao não oferecimento de disciplinas na graduação. É possível destacar que alguns temas relacionados não estão na grade de disciplinas obrigatórias das universidades, elas são disciplinas optativas, sem nenhuma obrigação de serem cursadas. O interesse parte de cada aluno se assim o preferir.

Se o aluno não tiver interesse, ele vai passar toda graduação sem ter contato com o tema, sem saber que a lei propõe uma educação antirracista, inclusiva e que ele precisa sempre ter e dar um tratamento digno, respeitando a diversidade étnico-racial de seus alunos.

Porque se não tiver o mínimo de conhecimento sobre os elementos étnicos que estruturam a sociedade brasileira em termos culturais, econômicos, sociais, ele vai seguir carregando o “mito da democracia racial”. Esse aluno da graduação pode repetir em suas práticas o que foi vivenciado em sua infância, vai aceitar as brincadeiras que inferiorizam o negro, os apelidos, os estereótipos, não vai questionar as formas em que o negro é representado nos livros didáticos, pois vai trazer com ele sempre a imagem do negro escravo, sempre em condições subalternas, uma África sempre doente e desnutrida, e por fim, não vai enfrentar

seus próprios preconceitos internalizados – o que dificultará bastante essa relação professor/aluno no cotidiano escolar.

Os estágios obrigatórios é o local onde os graduandos se deparam e se confrontam com algumas situações que os levam a questionamentos e talvez os levem a ter um interesse, uma sensibilização maior pelo tema. Essa sensibilização deveria ser de todos os professores, e se tratando de professor que pretende atuar na educação infantil o interesse deveria ser maior ainda. Mas o não oferecimento das disciplinas é algo a ser pontuado.

Esse interesse acontece com algumas professoras, que ao chegarem nas creches e tendo o apoio da Direção, procuram realizar alguns trabalhos relacionado ao tema. Foi o que aconteceu com a *P. 10*, com veremos abaixo em seu relato.

d) Já houve algum Projeto na sua creche?

Conforme nos informam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-racial e Cultural Afro-brasileira e Africana.

Daí a necessidade de se investir para que os professores, além da sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacitem não só a compreender a importância das questões diversidade étnico-racial, mas lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las. (BRASIL, 2003, p.17)

A importância de gestores e professores andarem juntos no mesmo propósito comum vai além de um simples cumprimento legal de uma legislação, como declara Pereira, (2014), citando Freire, “A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptarmos, sobretudo pra transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a [...]”. (FREIRE, 1996, p.76, apud, PEREIRA, 2014). Com isso, o objetivo dessa união professor, gestão e direção seria entre outras ações, desfazer velhos preconceitos, contribuir efetivamente para a tomada de ações que mudem os comportamentos, e novas relações étnico-raciais dentro das escolas.

Como nos alertam as Diretrizes Curriculares essas ações não podem ser estanques ou como datas específicas, logo esses trabalhos precisam estar no Projeto Político Pedagógico da escola, para que se leve em conta a formação sociocultural da população local, que contemple as diferenças, e que seus professores tenham uma formação e tenham a capacidade de analisar criticamente o ambiente e que busquem “informação e subsídio que lhes permitam formular

concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitosas.” (BRASIL, 2004)

P.5 - *“Nesta, especificamente em que eu trabalho não, mas em outras sim, até mesmo pelo tempo em que trabalho em Educação, a gente já fez um projeto trabalhando com o Livro ”Menina bonita do Laço de Fita...”*

P. 6 - *“Já teve projeto pelo que eu soube, mas eu não estava presente ainda.”*

P. 7- *“Quando eu entrei realmente estava rolando um projeto que foi sobre o que você falou do cuidado com o corpo e tudo mais”.*

P.8 - *“Sim. Na unidade que eu trabalhava ano passado, nós fizemos um projeto que era - O São Carlos na copa do Mundo”.*

P. 9 - *“Não! Nenhuma das duas.”*

[...] *“É... Então a gente já tá preparado para o público que a gente atende! Isso aí é certo. É certo.” [...] “A gente sabe que o nosso público maior são moradores de comunidades, de pessoas mais humildes (...). Isso é horrível mais é verdade! Então a gente não tem, não existe essa questão racial, nunca presenciei. Dentro da creche não”.*

No relato da P.9, ela nos traz alguns dados como: *moradores de comunidade, humildes, favelados*, que são falas marcantes que marginalizam esta população. Alguns desses dados estão presentes em estudos que já foram levantados e pesquisados desde a década de 1950 por autores como Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, e posteriormente na década de 1970 e 1980 por Hasenbalg (1979), Rosemberg (1984), Oliveira (1992), entre outros. Segundo Cavalleiro, *“Esses estudos trouxeram a veracidade da efetiva desigualdade socioeconômica da condição de vida de brancos e negros, e a desqualificação peculiar e desvantagens competitivas provenientes das condições étnicas”.* (CAVALLEIRO, 2012, p.31).

Segundo Cavalleiro, a condição étnico-racial e espacial somada às características fenotípicas do indivíduo parece que os definem como desqualificado, inapto, e os coloca sempre em condição de inferioridade que se perpetua até aos dias de hoje. (BRASIL, 2005, p. 11). Outro fato aqui observado é que a professora declara que por estarem nesta condição de negros, carentes e morar em comunidade, *“não existe a questão racial”*, e por esses fatores, ela e outras professoras já *“estarem preparadas pra esse tipo de público”*.

Será que estão realmente preparadas? Será que não existe discriminação, preconceito nas relações entre essas crianças? Ou será que, negando a existência de preconceito, ou em não querer ver o problema, fantasiavam utopicamente com uma escola sem conflitos raciais, mesmo sendo na educação infantil?

Conforme declara Cavalleiro, (2012), relatando alguns casos, diz que mesmo na escola infantil, há indícios de crianças que percebem as diferenças étnicas. Para a autora, negar as situações seria uma forma de se trabalhar o tema.

Esse modo de conceber o cotidiano escolar impede uma busca de trabalhos e experiência que concorram para a superação desse problema. Assim a escola é idealizadora como uma ilha da fantasia, socializadora e não incorporaram, no percurso de seu desenvolvimento, qualquer atitude ou comportamento racista. (CAVALLEIRO, 2012, p. 52)

Já no relato da P.10, constatamos a abertura pra ouvir o relato de uma mãe sobre uma situação que a preocupava quanto a um ato de discriminação da filha. O fato aconteceu na Creche Estácio de Sá, onde fiz as entrevistas. Esta situação foi observada pela mãe de aluna e foi relatada para a P.10, que logo em seguida se atentou e procurou apoio na Direção pra discussão do problema relatado e para que juntas pensassem em algumas ações para a realização de um trabalho que envolvesse toda a escola.

Esse fato foi observado na creche em questão, relatado pela P.10. Ela nos conta que trabalhava na turma de Maternal I com uma auxiliar, e um dia a mãe de uma aluna veio lhe confessar que sua filha, havia lhe dito que não gostava de brincar com outra menina (negra), pois ela era rochinha.

A P.10 continua relatando que a mãe lhe disse que ela como negra, não admitia que a filha tivesse preconceito, e que a filha não se reconhecia da mesma cor da colega.

*P.10 – “[...] a gente fez um trabalho e acho que conseguimos o objetivo porque eu vejo assim as crianças eles podem até demonstrar de repente de uma maneira mais clara o preconceito, diferente das outras pessoas, dos adultos, que tende a esconder e diz , há não tenho [...]”*

Como declara Rego, (2007), a capacidade de interação da criança de realizar aprendizagem é um fato, tanto de conceitos como também de pré (conceitos). Indícios que nos levam a crer que existe o preconceito entre crianças, e neste caso, essa mesma discriminação atinge a quem discrimina. Como Cavalleiro observou e relatou em seu trabalho de que “[...] os pequenos alunos na fase pré-escolar percebem as diferenças étnicas.” (REGO, 2007, p.52).

E neste caso, a menina não aceitava a sua cor, pois nem mesmo se reconhecia como negra - o que parece mais sério. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana vêm tratando da formação da identidade.

[...] É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse, marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. (BRASIL, 2004)

Desta forma, vemos o quanto se faz necessário à mediação, o conhecimento, o envolvimento da professora, pois, “[...] a escola e os professores não podem improvisar. Tem que desfazer [a] mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos.” (BRASIL, 2004). Se aprender o preconceito e a discriminar é possível, também é possível, na escola, aluno aprender a não discriminar, a reconhecer sua identidade de forma positiva a respeitar o outro com suas diferenças, a ser solidário, “pois a escola exerce influência no desenvolvimento infantil.” (REGO, 2007, p. 80)

e) Conhecimento e opinião sobre casos de preconceito.

É claro que não temos a escola como o único lugar de aprendizagem, mas os professores são peças importantes, fundamentais para a construção e desenvolvimento do saber sistematizados do conhecimento. Quando perguntamos se as entrevistadas tinham conhecimento de algum caso de discriminação ou preconceito entre crianças ou entre professores, obtivemos respostas diversas. Entre elas estava posta uma certa pureza da criança, outras que declaram que existem casos sim e relatam algumas observações, outras que usaram da tática “se não comento, não existe o problema”.

Fugir para o tema da igualdade, “somos todos iguais” e “somos todos afrodescendentes, miscigenados”, também foi uma abordagem encontrada. E algo também observado aqui é a fatídica comprovação de que o negro, além da discriminação étnico-racial, sofre outras opressões.

*P.4 - [...] “Na idade deles, eles se complementam, eles conseguem acolher, conseguem interagir de forma não discriminatória e a gente como educador também temos que tomar esse cuidado.”*

Neste relato acima, a professora consegue conceber a interação entre alunos de forma acolhedora, complementar e não discriminatória, mas não aceita a criança

que pode discriminar. A ideia da criança associada à fragilidade, à inocência, e um ser dependente, é muito forte na educação. Essas características são reais e fazem parte do desenvolvimento e construção da criança, e nas suas interações elas vão sendo capacitadas a vários atos, habilidades.

Para discutirmos um pouco sobre essa pureza infantil que observamos em alguns depoimentos, buscamos as concepções de desenvolvimento da criança defendida por Vygotsky quando fala sobre o desenvolvimento e aprendizagem da criança - em uma perspectiva sócio - histórica no livro “Vygotsky – Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação” (2007), a autora Rego, menciona que:

[...] desde muito pequenas, através de interação com meio físico e social, as crianças realizam uma série de aprendizados. No seu cotidiano, observando, experimentando, imitando e recebendo instruções das pessoas mais experientes de sua cultura, aprende a fazer perguntas e também a obter respostas para uma série de questões. Como membro de um grupo sociocultural determinado, ela vivencia um conjunto de experiências e opera sobre todo o material cultural conceito, valores, ideias, objetos concretos, concepções de mundo etc. a que tem acesso. (REGO, 2007, p. 76)

Sendo assim, se faz necessário considerar os conceitos e teorias de aprendizagens, não só de Vygotsky, mas de Henry Wallon, Jean Piaget, para tentarmos compreender como se processam essas relações, e para entender as ideias como de algumas professoras de que seria impossível à criança na fase de 3 a 5 anos ser capaz de manifestar suas escolhas, formar conceitos, e formas de aprendizagens, e que ao entrar na escola a criança chega vazia.

Na verdade, essa criança já chega com uma bagagem do seu conhecimento informal, como define Vygotsky – “conceitos de seu cotidiano”, e recebem na escola os conceitos científicos, conhecimentos sistematizados. Mas, a concepção de que a criança é um receptáculo vazio, que chega à escola para receber os ensinamentos daquele que seria o detentor do saber ainda é forte. Desconstruir esse pensamento é necessário para entender as situações de discriminação e preconceitos do professor, para que sejam desfeitas. As teorias da aprendizagem desses autores, somadas a várias outras pesquisas nos ajudam a entender alguns processos.

No livro de Cavalleiro, (2012), alguns casos são relatados, que nos possibilitam entender que - ainda que as professoras não consigam observar - as situações estão postas. Numa sociedade onde a cultura do racismo, a discriminação estão inseridos e os indivíduos em suas interações compartilham, e internalizam,



desses e outros conceito, muitas vezes, naturalizar e/ou invisibilizar esses comportamentos talvez seja o caminho mais fácil. De qualquer maneira eles existem, e sim, as crianças tem toda capacidade de fazer diferenciação de cor, de raça, etc.

*P.4 - [...] “Na idade deles, eles se complementam, eles conseguem acolher, conseguem interagir de forma não discriminatória e a gente como educador também temos que tomar esse cuidado.”*

*P.4 - “Nesta faixa etária que a gente trabalha aqui, eu ainda não consigo enxergar com essa malícia toda, tipo – eu tenho aversão, mas eu vou disfarçar um pouquinho! Elas não conseguem ter essa capacidade!”*

No depoimento de outras professoras são observados alguns dos comportamentos que mostram a opressão vivida por crianças negras - em sua maioria. Essas situações acontecem em sala de aula, no recreio, na saída da escola. Mesmo em situações “veladas”, onde o professor se omite, ou quando o professor se atenta e tem uma sensibilidade para o que está a sua volta, e as identifica, ou às vezes quando o próprio professor se torna um opressor.

*P.1 - “Percebo ao longo de minha experiência, diversas situações “veladas” como não ter ou ter poucos professores e alunos negros na rede particular de ensino de classes mais abastadas.”*

*P.3 - “Aqui não, mas fora! De inclusive responsáveis (pais), que não apoiaram um professor por ele ser negro e de ter chamado a atenção de uma aluna, no caso a escola que eu trabalhava na época deu total apoio ao professor e hoje inclusive, faz questão de ter em seu quadro de funcionários negros! Não há discriminação!”*

*P.5 - [...] “e ai então eu via um pouco do sofrimento desta criança, por que era uma criança né.” “Pois além dele sofrer o preconceito entre os colegas por ser negro, pobre e bolsista”. [...] “A maioria dos amigos era loiros, cabelos lisos e ricos bem ricos. Viajavam, chegavam contando sobre as viagens feitas para Europa, Disney... E esse menino não viajava devida sua condição. Além das crianças não se aproximarem, tinha o professor que considerava que como ele era bolsista ele não tinha a obrigação de ter a mesma preocupação que ele dispensava aos alunos pagantes.” P.5. “Ele provou que era capaz.”*

Conforme o depoimento de P.5 é fácil ser observado o quanto o negro sofre tantas discriminações simbólicas e reais, por ser negro, por não ter condições econômicas, por ser pobre, bolsista e ainda sofre por todos os lados - de colegas, professores e muitas vezes da direção, ignorando os casos. Parece que a presença do menino incomodava muito toda a escola, como se ele fosse uma ameaça só por estar ali. Como se ele não tivesse o direito de ocupar aquele espaço, aquela vaga.

As escolas, universidades, e outros espaços, na verdade é uma “arena de disputas de poder” - como afirma o professor Renato Emerson – do NEGRAN

(Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais) – e “o racismo é como um sistema de dominação planetária e plural”.

As ações de racismo impetradas a essa criança - e muitas outras - que são identificadas como sendo pertencente a outro grupo racial, vão do constrangimento individual, do tratamento desigual de ofensa, a negação do acesso ao lugar público (escola), etc. Somado a isso, temos a fala final da P.5, como se estivesse validando tudo que esse menino passou, e as palavras evidenciando um aparente chamado “racismo da sutileza”, *como se dissesse: ele é negro, mas provou que era bom mesmo, se formou, fez faculdade de engenharia!*

Esses e outros mecanismos de dominação podem interferir e tem contribuído para o afastamento ou não de nossas crianças negras das escolas. Por isso, os debates quanto às políticas de ações afirmativas permanecem em aberto, pois a conquista destes espaços é importante, mas não basta só entrar nas escolas com bolsa, ter vagas nas universidades, é necessário ter todo um conjunto de ações, apoio financeiro, pedagógico etc. que possa permitir a permanência de maneira digna desses individuo nestes espaços. Desta forma, segundo Cavalleiro,

Um olhar atento para a escola capta situações que configuram de modo expressivo atitudes racistas. Nesse aspecto, de forma objetiva ou subjetiva a educação apresenta preocupações [...]

E que, “[...] O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos alunos/as uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desses problemas por parte dos/as profissionais da educação.”( BRASIL, 2001)

As observações colocadas pelas professoras acima não podem minimizar o sofrimento do aluno. Uma atitude a ser tomada, como recomendam as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais Brasil, para que esses atos diminuam, seria: “Formação de professores com vistas à sensibilização e à construção de estratégias para melhor equacionar questões ligadas ao combate às discriminações raciais e de gênero e à homofobia.” (BRASIL, 2006).

Segundo Moura, (1994)

O racismo brasileiro (...) na sua estratégia e nas suas táticas agem sem demonstrar a sua rigidez, não aparecer à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos (...). (MOURA 1994, p.10 apud CAVALLEIRO, 2012, p.29)

A política de branqueamento, o fator miscigenação colaborou para a divulgação de uma falsa “democracia racial” e levou a sociedade a crer durante muito tempo na inexistência do racismo no Brasil – o que alguns autores caracterizam como - “*racismo cordial*” - que dificultou a realização de políticas de enfrentamento que possibilitassem outro quadro para a população negra, como declara (CAVALLEIRO, 2012).

Pereira, (2014) relata uma explicação dada por Carlos Hasenbalg, do que seria o paradoxo das relações raciais no Brasil:

De certa maneira, o Brasil criou o melhor dos mundos possíveis. Enquanto mantêm uma estrutura de privilégio para o branco e de subordinação das populações de cor, impede a raça de se tornar um princípio de identidade coletiva e de ação política. O mito da democracia racial na prática sustenta justamente o oposto. (PEREIRA, 2014, p.73)

*P.3 - “E aqui na creche em que trabalho, nós fazemos questão, tanto professores quanto auxiliares e direção de tratar todos com igualdade. Somos iguais!”*

*P.4 - [...] “Eu acho que essa questão da discriminação racial vem de alguém que a criança tem como referência, seja na escola, em casa, e ela traz aquilo pra o cotidiano.”*

Somando a este fator, existiu e ainda existe outra característica da falsa democracia racial, que é o fator “não comentar”, desconversar o tema racismo e trazer o tema miscigenação. Florestan Fernandes declarava na década de 1960 que, “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito”. (BRASIL, 2014).

*P.3 – “[...] Somos iguais, tratados de forma igual, estamos em um ambiente coletivo e devemos respeitar a todos!”*

A fala das entrevistadas parece não querer falar do “tal problema”, ou querer combater a ideia de que exista o preconceito na escola. Soa como um medo de reconhecer e falar sobre preconceito, como se tratava o câncer antigamente, “*ela está com aquela doença*”. Mas esse disfarce, e não querer falar, não diminui as desigualdades e nem faz desaparecer o tema preconceito, discriminação e racismo.

Além da P.7 também negar a discriminação racial, outra ideia trazida por ela neste depoimento abaixo, é a questão de outras formas de discriminar – como comentado acima – ser negra e ser filha de presidiária, e ser “carente”, desqualifica até mesmo de discriminar.

*P.7 - [...] “Não. É porque aqui é... eles são todos muito carentes, em todas as situações, mas não me lembro de ter algum caso. Eu só tive uma criança, um caso em que a mãe era presidiária, ela nasceu na penitenciária, era criada pela avó. Agora, caso racial, a questão mais direta do negro não, na minha turma não!”*

O próprio preconceito da professora a impede de reconhecer a capacidade do aluno em produzir, criar, aprender, e ter um bom desenvolvimento. No livro Educação Infantil – Cotidiano e Políticas, Corsino, (2009) nos alerta que “O cotidiano infantil é marcado pela visão que os adultos têm sobre as crianças e que se revela nas sutilezas das práticas”. (CORSINO, 2009, p.65)

Se o professor já tem uma ideia preconcebida de que seus alunos são incapazes, que existe uma democracia racial, que eles são coitadinhos, e que não vão aprender, suas ações serão ineficientes, pois não vai se preocupar também em buscar novos conhecimentos para vencer os desafios, não vai se organizar, buscar estratégia, produzir trabalhos, investir nas habilidades, dar afeto, etc. Ou seja, não acredita que agindo, acreditando, investindo tempo, possa tentar transformar a realidade de seus alunos. Dessa forma, ele rouba “a oportunidade das crianças compartilharem uma educação infantil que faça de fato diferença nas suas vidas”. (idem, p. 67).

Conforme Brasil, (2006): “[...] A postura corpórea, somada a outras linguagens do adulto, transmite informações às crianças, possibilitando formas particulares e significativas de estabelecer vínculos.” Assim, podemos concluir que essa é mais uma forma de desigualdade sofrida pelas crianças em diversas creches. Por ideias preconceituosas de professores, a falta de ações positivas, tem levado educandos a deixarem de receber uma educação de qualidade, influenciando negativamente no decorrer de sua vida escolar - como já levantado em algumas pesquisas.

Nos depoimentos abaixo, aparece o interesse de uma das educadoras em tentar resolver uma situação de discriminação entre crianças - onde uma delas estava sendo rejeitada - observada por ela em sua turma. Ela reconhece sua fragilidade para encontrar estratégia para resolver o problema exposto, somado a sua pouca experiência na temática e pouco tempo de formação, buscou apoio na direção e não encontrou.

*P.8 - “Sim. Não de Professor com aluno, mas de aluno com aluno. Um exemplo de outra unidade que trabalho, estava ensaiando para festa junina e tinha uma criança da sala que era negra e assim, ela faltava muito. Mas, nos dias que ela ia, as outras crianças não gostavam de brincar com ela e no dia da festa junina ninguém queria dançar com ela e eu tive que dançar com ela.”*

*P.8 - “Foi algo difícil, pois foi algo que não consegui resolver na hora, eu tinha pouco tempo de magistério e não consegui encontrar uma estratégia, não tive o apoio necessário que eu precisava pra poder resolver tal problema.”*

Como declara Cavalleiro, (2012);

Não há como negar que o preconceito e a discriminação constituem um problema que afeta e maior grau a criança negra, visto que ela sofre, direta e cotidianamente, maus tratos, agressões e injustiças, que afetam a sua infância e comprometem todo o seu desenvolvimento. (CAVALLEIRO, 2012, p.98)

Há a necessidade de gestores e professores andarem juntos no mesmo propósito comum de aumentarem seus conhecimentos sobre a Lei e suas Diretrizes, suas ações para minimizar a discriminação e o preconceito dentro das escolas, trazer o respeito entre as crianças e professores facilita a tomada de decisões para resolução dos problemas.

Mais importante que a obrigatoriedade de saber da lei, ou mesmo de fazer um curso de especialização apenas pra melhoria salarial, é saber se o professor e a direção estão interessados em buscar estratégias que realmente mudem as relações dentro de sala de aula no que tange as relações étnico-raciais. Para que isso aconteça, a gestão precisa ter uma escolha política para tratar o assunto na escola, que ele não esteja apenas elencado no Projeto Político, mas discutido com seus pares nas reuniões, exposto, elaborado estratégias e colocado em prática no cotidiano escolar.

f) O que foi feito? O que deveria ter sido feito?

Após os casos de preconceito observados por algumas professoras acima, perguntamos se foi tomada alguma providência, e se não houve, o que elas achavam que poderia ter sido feito. Conforme toda nossa caminhada no decorrer de nossa entrevista, observamos comportamentos que se repetiam e aqui não foi diferente – alguns temas se repetiram, definindo os posicionamentos das educadoras. Dentre eles, está: achar que se calar seria o melhor caminho, não comentar o tema miscigenação e democracia racial; o preconceito de ter preconceito; falar de maneira a não escandalizar, e uma evidência de racismo, mas que não é percebido pela entrevistada.

[...] Dependendo da forma como é entendida e tratada à questão da diversidade étnico-racial, as instituições podem auxiliar as crianças a valorizarem sua cultura, seu corpo, seu jeito de ser ou pelo contrário, favorecer a discriminação quando silenciam diante da diversidade e de necessidade de valorizar abordagens de forma positiva, ou quando silenciam diante da realidade social que desvaloriza as características físicas das crianças negras. (BRASIL, 2009)

Por vezes nos tornamos omissos diante de algum ato de discriminação, seja ela racial, de gênero, sexual, social, deficiente etc., e, no papel de professor, a falta de atitude pode trazer influência na formação do educando, assim como na perpetuação da desigualdade entre os mesmos. Sair da omissão e não silenciar diante de uma realidade que tem contribuído a mais de três séculos para a destruição - se podemos dizer assim - de um grande número de pessoas – é imprescindível para a transformação e mudança de paradigma para essa sociedade.

Achar que, buscar o conhecimento, aprender sobre a formação de sua raça, a luta de um povo, a contribuição que ela deu para a construção de seu país, sobre o que é discriminação, preconceito – e isso desde a infância - “não é uma questão relevante”, seria muito ingênuo e ao mesmo tempo inconsequente.

Tendo o conhecimento de que nas creches em comunidades há um grande número de crianças negras, e negar o preconceito e a discriminação é danoso para esses alunos, pois desta forma os impede de construir sua identidade de maneira positiva. Achar irrelevante o assunto é desconsiderá-los. Como declara Cavalleiro (2012), “Não se pode deixar por conta de um silêncio criminoso crianças sofrendo diariamente situações que as empurram e as mantêm em permanente estado de exclusão da vida social.” (CAVALLEIRO, 2012, p. 100)

*P.1 - “Devido um ambiente complexo, por vezes nos tornamos omissos, e pra evitar possíveis desentendimentos acabamos tentando trabalhar nos espaços em que atuamos.”*

*P.3 - [...] “como eu não vivi nenhuma situação desta, em relação a minha presença, eu não tenho um exemplo, mais sei que a creche não permite que seja feito discriminação, de parte nenhuma. Nem funcionário, nem criança e nós enquanto professores, a gente se preocupa em passar para as crianças e responsáveis que esta questão **não é relevante**” (grifo meu).*

Essa mesma educadora, que não acha relevante o tema, acha que se tiver que trabalhar o tema, ela não precisa *supervalorizar*, e a P.4 acha que deve ser tratada de maneira *supercautelosa*, e isso porque, *estamos em um país de miscigenação natural*. O discurso da democracia racial ainda é operante nos dias de hoje, e entre professores – o que é mais sério. Cavalleiro, (2012), relata que “o professor reproduz o padrão tradicional da sociedade. Como sujeito, é compreensível, embora não seja aceitável, mas não como profissional da educação.” (CAVALLEIRO, 2012, p.99)

Não dar a importância necessária ao tema é não reconhecer a diversidade racial que se apresenta nas escolas, na sociedade, não levar em conta as injustiças

sofridas pelas crianças negras. Pra elas, falar é desnecessário, *não é pra tanto, menos!* Falar de maneira cautelosa pareceu ser uma regra entre todas as professoras, era como se falar do tema trouxesse algum problema muito sério.

*“[...] devemos trabalhar de uma forma bem tranquila, mas sem supervalorizar” “[...] mostrando para as crianças que essas questões são normais, faz parte da vida, entendeu?”*

P.4 *“A gente não pode ser muito direta, mas de maneira super cautelosa, mas também a gente não pode deixar de tratar. [...]”. Viver num país em que essa miscigenação é natural, ninguém pode dizer que não é! “Mesmo que eu não seja negra, eu não posso me sentir pior, ou melhor, que ninguém.”*

Conforme relatam algumas pesquisas, a maioria da nossa população acha que existe preconceito e menos de 10% dos brasileiros assumem ser preconceituosos. Será que a democracia racial não é o que parece ou realmente ela nunca existiu? Como Florestan Fernandes declarou, “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito”. E pra não declarar o seu preconceito, pois acha feio ser preconceituoso, ele fala de maneira sutil, harmoniosa, quase que sem querer ofender, mas mostrando suas atitudes discriminatórias, quase imperceptíveis.

P.4 - *“Eu posso ter relatos na minha casa, posso trazer até das minhas filhas, entendeu... Como são gêmeas, quando eram pequenas se uma pessoa chegava ali e dizia: - aquele ali é pretinho! Não, não é. É “marrom”, entendeu. É uma questão de cor, essas coisas.”*

As falas da P.4 nos revelam que, em mais de 15 anos de profissão, “nunca presenciou ações discriminatórias,” Dá pra entender que a ideologia da democracia racial funcionou em seus propósitos, e que não é porque ela não presenciou que a discriminação ou racismo não existam.

Quanto a declarar que *“... aquele ali é pretinho! Não, não é. É marrom...”*! E *“eu tenho amigos negros”*, querendo mostrar não ser nem um pouco racista, os aceitando até como “amigos!” O autor do livro *Questões Urbanas e Racismo* (2012), Renato Emerson dos Santos, explica que as falas como: “eu não sou racista”, “eu tenho um amigo negro”, ou “eu sou moreno, quando pego sol eu fico escuro quase como você”, podem refletir cinismo diante de um contexto de conflito, mas que se beneficiam dessa complexidade existente”. (DOS SANTOS, 2012, p. 53)

P.4 - *“Na educação infantil, graças à Deus, eu tenho 15 anos, aqui no Município tenho quatro anos, nunca presencie ação discriminatória, não sei por que, pra mim todo mundo é igual, tenho amigos negros, amigos que amo de coração, a gente brinca, rola junto, entendeu.”*

O mito da democracia racial é na prática, sustentáculo de seu oposto, Junto com as ideias correlatas de ausência de preconceito e discriminação, pode

ser encarado como ideologicamente vinculado a uma representação mais ampla sobre o caráter nacional brasileiro, que inclui noções tais como as do 'homem cordial', 'povo pacífico' e a tendência há conciliação e ao compromisso. (HASENBALG, SILVA, 1998, p.115, apud BRASIL, 2009)

Naturalizar parece o caminho mais simples para passar pelo tema, ou, como já comentamos incapacitar a criança de ter qualquer tipo de fala ou ação que demonstre o quanto ela pode discriminar o outro.

*P.4 - "Tem a questão na minha sala quando a gente trabalha "Branca de neve e os sete anões", tem a "Pretinha de neve e os sete gigantes". Essa questão de trabalhar é que não pode continuar. A gente tem que naturalizar. O que a gente tem que trabalhar é que todos nós somos iguais, independente de cor, de tudo,..."*

*P.4 - "Exatamente por não viver nenhum tipo de... eu nunca vi nenhuma fala desse tipo, acho que eles são muito pequenos pra ter uma fala assim." (ela se refere a fala da menina branca x a fala da menina negra que eu havia relatado anteriormente)*

Quanto às formas de trabalhar para melhorar as relações étnico-raciais e enfrentar o preconceito e a discriminação no ambiente escolar, as professoras relatam de que forma agiriam.

Em relação às crianças, se o caso aparecesse elas indicam que a conversa seria o melhor caminho, contar histórias relacionadas ao tema e tentar falar de uma igualdade, também vale – "*somos todos iguais*", como conta Cavalleiro, tentando uma integralização, e relacionar a resolução dos casos de discriminação a uma briga entre crianças que se resolve com aperto de mão selando uma amizade no final, também é uma dica. É claro que as formas de lidar com as relações étnico-raciais são diversas e os meios para alcançar os objetivos são inúmeros, mas eles perpassam pelo conhecimento e a percepção da diversidade e o respeito que esse professor tem da história de seu alunado.

Como a escola é um espaço dinâmico, muita coisa acontece ao mesmo tempo, e para que as ações não fiquem estanques, se faz necessário que alguns trabalhos sejam permanentes, estejam constando no Projeto Político Pedagógico da escola e haja um desenvolvimento e um centro de debate permanente e a valorização da cidadania de todas as crianças, principalmente dos negros/as. (CAVALLEIRO, 2012).

*P.4 - "Na questão infantil, olha só, vamos dizer que se fosse na minha sala, primeiro eu ia conversar com as crianças".*



[...] “a gente iria trabalhar o tema, por que, toda questão que vem a gente precisa trabalhar que todos nós somos iguais. Ia começar por ai, a gente ia trazer historinhas, e tudo mais e depois iria chamar o pai e a mãe pra conversar”.

Para trabalhar o tema e entrar no assunto, as professoras escolhem como prática o uso da conversar na rodinha, a contação de histórias, bonecas e brinquedos. Algumas declaram que usaria destas formas *pra não chocar!*

Mais do que não chocar, as educadoras precisam ter comprometimento, pois: “Não existe aprendizagem sem solidariedade, sem troca, sem afeto, sem cuidado sem implicação consciente e responsável dos adultos que estão à frente desse processo.” (BRASIL, 2006, p. 41). Pensando na formação desta criança e na construção de uma educação antirracista é preciso que haja um maior interesse por pesquisas e o estudo em relação ao tema.

*P.8 - “Eu acredito que esse assunto deveria ser trazido pra o momento da rodinha, em uma conversa ele seria puxado...”*

*P.9 - “Agora, se eu calhar de ver entre as crianças, eu iria explicar, pois da mesma forma que você explica quando um agarra o outro e bate e você explica que aquele ali não é o comportamento certo, e o comportamento certo é carinho, é amizade e pede desculpa e aprende assim respeitar um ao outro, da mesma forma eu faria com a questão racial.”*

Outras professoras trazem a responsabilidade das questões não apenas como sendo da escola, mas também dos pais. Como destacamos acima, as teorias de aprendizagem de Vygotsky, vimos que naturalmente a criança está em constante desenvolvimento, e a capacidade de pensar, reconhecer, de fazer abstrações e generalizações de conceitos que são produzidos historicamente por uma parte da elite da sociedade que produz os seus significados. Então, essa criança formada dentro de uma cultura X, dentro desta mesma sociedade - que dá significados estereotipados e pejorativos há séculos a uma parcela desta mesma sociedade - é certo declarar sim, que a formação desta criança tem a contribuição de toda a sociedade em seus diversos espaços.

*P.4 - “Porque é assim, a Educação eu acho que vai muito além do espaço escolar...”*

*P.4 - “Mas você vai ver que o preconceito não vem da criança, ela aprendeu, se não na escola foi em outro lugar, no lar, onde mora com os pais, avô, avó... Então a escola é responsável, em desconstruir essas coisas. A gente, como educador, a gente tem algumas responsabilidades em todos os âmbitos.”*

É fato também que a escola faz parte desse processo, desses muitos lugares de aprendizagem, e muitas vezes contribuindo para a perpetuação das discriminações, ou se omitindo diante dos casos. O papel da escola é de desconstruir os preconceitos, a falsa democracia racial, os estereótipos, a falsa igualdade que não reconhece a diversidade, que "... perpetua as desigualdades de tratamento e minam a efetiva oportunidade igualitária a todas as crianças." (CAVALLEIRO, 2012, p. 99)

A escola caberia agir sempre na construção das diversas identidades, influenciando de maneira positiva nas relações, principalmente na formação da identidade negra, pois segundo Cavalleiro, (2012), "é essa criança que mais sofre, direta e cotidianamente, maus tratos, agressões e injustiças, que afetam a sua infância e comprometem todo o seu desenvolvimento." (CAVALEIRO, 2012, p.98)

*P.6 - "Neste caso específico das princesas, eu trabalharia por aí, chamaria a criança pra mostrar que existem sim outras princesas né, não essas que já estão estereotipadas né."*

*P.6 - "No caso entre crianças, eu chamaria pra conversar e mostrar mesmo, que tem as diferenças do preto, do branco... Montar um projeto, trazer algumas imagens, histórias. Buscaria formas de mostrar pra essa criança que há diferenças."*

As estratégias usadas pelas professoras - ainda que sejam lúdicas, com livros, histórias, aumentando o capital cultural dos educandos - são válidas quando não estereotipadas - mas trabalham as diferenças de maneira positiva.

Independentemente do grupo social e/ou étnico-racial a que atendem, importante que as instituições de Educação Infantil reconheçam o seu papel e função social de atender às necessidades das crianças constituindo-se em espaço de socialização, de convivência entre iguais e diferentes e suas formas de pertencimento, como espaços de cuidar e educar, que permita às crianças explorar o mundo, novas vivências e experiências, ter acesso a diversos materiais como livros, brinquedos, jogos, assim como momentos para o lúdico permitindo uma inserção e uma interação com o mundo e com as pessoas presentes nessa socialização de forma ampla e formadora." (BRASIL, 2006, p. 37)

Nestes dois projetos citados abaixo, em que a professora dá a ideia que poderia trabalhar o conteúdo que vai contribuir para o pertencimento da criança, parece ser uma boa estratégia, porém ela parece ter certo medo, receio de tocar no assunto, por achar que vai escandalizar ou por não estar preparada para tratar do assunto.

*P.7 - “Agora se tivesse presenciado, acho que teria que ser conversado, feito um projeto, trabalhar de uma forma não muito direta, acho que trabalhar da forma que foi feita Das Roxinhas e Rosinhas ou da “Menina do Laço de Fita”, entendeu. Roda de conversa, falar sobre isso, sabe...” trabalhar de forma a “não chocar”*

Essa professora abaixo tem como estratégia não dizer “não”. Não é dizer não simplesmente, mas ter sempre uma explicação para o que não é permitido fazer. A ideia é fazer com que a criança, depois de sua explicação, elabore seu próprio pensamento, e como ela diz que “é preciso que a criança perceba que ela não pode fazer...”, ou ter aquela conduta ou continuar praticando o erro.

Na verdade, a escolha de trabalhar com a verdade e com respeito à criança é importante, pois, no momento que você para, dá atenção, se reporta a criança, escuta, ensina, esse tempo é precioso para ela, que muitas vezes não tem esse cuidado e atenção em outros espaços.

*P.8 “Eu não acho que deva se usar as palavras NÃO pode fazer isso! Não, você dizendo que ela não pode, porque é preciso que a criança perceba que ela não pode fazer, porque parece que os instiga a fazerem o que nós dizemos que não é permitido...”*

A parceria escola e família também foram citadas por algumas professoras. Segundo as Orientações e Ações pra a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2006)

A relação entre instituição de Educação Infantil e família não existe sem conflitos, mas precisa ser encarada e redimensionada na perspectiva do diálogo permanente, por meio da escuta sensível e acolhedora que busca compreender a história de vida das crianças no atendimento de suas necessidades. (BRASIL, 2006, p.44)

Manter uma relação mais próxima com a família dos educandos traz a possibilidade de compreender a sua história de vida, quando a professora faz o levantamento de como é formada família, sua cultura, sua forma de tratamento entre seus pares, o afeto, suas dificuldades, a formação étnico-racial, social.

Com esses dados, construir uma porta para o debate e discussões dos problemas que acontecem no cotidiano escolar seria possível. Somado a essas ações, o interesse pelos temas através das pesquisas e os estudos realizados pela professora, contribuiriam na formulação de estratégias para se colocar em discussão tema étnico-racial, assim como outros, que seria tratado de forma a enriquecer o conhecimento dos pais e estreitar as relações entre instituição e a família.

*P.3 - “Agora, se for com os pais, se houver preconceito entre os adultos, já merece um posicionamento mais sério. Conversar e esclarecer se for o caso. Minha opinião.”*

*P.2 - “Acho que a questão deve ser trabalhada com a família e a criança.”*

*P.8 - “A família precisa ser notificada, ser chamada pra conversar para que de fato a escola e família seja uma parceria que funcione.”*

Neste depoimento a professora faz o relato do trabalho realizado após ouvir a queixa da mãe de uma criança. A mãe ouviu da filha que “não gostava de ficar perto de outra menina (negra), pois ela era rochinha.”. Neste caso houve uma aliança entre família e escola, em que a professora buscou caminhos no Centro de Estudos onde o caso foi discutido com outros professores e juntos buscaram fazer um projeto para toda a escola. Como a P.10 declara, “... não ficamos debruçadas sobre a Lei né, mas, na verdade, o que a gente procura sempre trabalhar é questão da identidade da criança, *ela se aceitando como negra (o)*, como índio, como ela é né.”

O preconceito externado pela criança é só a ponta do iceberg. O resultado do trabalho não é simples, ou fazer [...] ela se aceitando como negra [...], pois como já comentamos acima, há uma grande estrutura sustentando a ideologia do preconceito, discriminação, negação e inferiorização e a não aceitação do próprio negro quanto a sua identidade. Cavalleiro (2012), também nos apresenta a afirmação da pesquisadora Vera Triumpho: “A nossa criança negra, por todo um condicionamento sociocultural de um ideal de padrões europeus, possui baixa autoimagem. Consequentemente ela será um adulto com problemas de identidade pessoal”. (TRIUMPHO, apud CAVALLEIRO, 2012, p. 66)

*P.10 - “Então o que fizemos. A gente procurou é... Lógico de cara eu já fiquei assustada, mas você vê que tem que ser trabalhada. Eu já fui pedi logo um help pra nossa Professora Articuladora, que na época era a Ketlen, então passei toda a situação pra ela e como ela poderia me ajudar a fazer mais atividade relacionada ao assunto pra que a gente tentasse minimizar a situação.” (relacionado ao Projeto “As roxinhas e as rosinhas”).*

*P.10 - “Mas a Direção sempre procurou nos dá ajuda nessas questões que levamos, sempre no sentido de enriquecer nos centros de estudos onde os assuntos eram levados e discutidos. Na verdade nesse trabalho não ficamos debruçadas sobre a Lei né, mas na verdade o que a gente procura sempre trabalhar é a questão da identidade da criança, *ela se aceitando como negro, como índio, como ela é né.*”*

*P.10 - “Eu acho que com esse e outros projetos, nós conseguimos fazer, trazer uma mudança nas atitudes dessas crianças né,...”*

O trabalho realizado abrangia a construção da identidade, solidariedade, reconhecer o outro e suas diferenças, o respeito ao próximo, o cuidar de si e do outro, quem sou etc. Todas as turmas participaram, e a professora declara que buscou dar apoio a criança que tinha sofrido a discriminação, mas não informa sobre a criança que não se aceitava.

Mais abaixo ela comenta que conseguiu observar pós-trabalho os resultados com outras crianças. Entre outros, ela relata mudanças de atitude de uma menina negra, que ao ser perguntada se queria estar de rabo de cavalo – e nesse momento estava com uns “cocoziños” no cabelo - se colocando, disse que não. Que preferia o cabelo dela do jeito que estava. Ouvir a criança dizer como quer, o que quer e valorizando e reconhecendo a si, as suas formas, para a P.10 foi satisfatório.

## Considerações Finais

Ao iniciar esse trabalho tinha como intenção entender qual era a percepção das professoras quanto a Lei 10.639/03, e como se dava as relações dentro de sala com seus alunos. O caminho que busquei para responder alguns questionamentos quanto ao tema relatado nesta pesquisa foi olhar pra minha caminhada dentro da escola e me encontrei diversas vezes com historias parecidas com a minha, tanto nas leituras realizadas como também em cada criança que convivi, como também em algumas ações de preconceitos, de negação realizadas pelas professoras. E tudo foi observado enquanto realizava estágio obrigatório na Creche Estácio de Sá.

A preocupação surgiu a partir do meu questionamento ao observar a relação entre duas alunas. O fato é que, se relembro a época de minha infância eu não teria uma resposta, teria me calado da mesma forma e não teria uma professora que me apoiasse no sentido de ter subsídio para ir até o fim na disputa, ela teria a mesma dificuldade observada nos dias de hoje. Entendi que as relações no cotidiano escolar de hoje, não difere muito do que vivenciei e que o papel da professora na desnaturalização das questões raciais surgidas em sala de aula ainda é algo a ser vencido por todas.

Mesmo hoje tendo a Lei, as Diretrizes, os Cadernos de Orientações, curso de especialização etc. para auxiliar as educadoras neste processo, é possível ver diante das respostas, que há um longo caminho para a construção do que efetivamente a Lei 10.639/03 tem como expectativa, pois sendo a Lei Um “embrião”, constatamos que há um árduo caminho para uma “revolução cultural no Brasil”, como nos lembra Pereira (2010). E para a sua concretização, um pouco de sensibilidade ao tema, um senso de justiça e respeito a uma grande parcela da população, nos levará a um caminho de conscientização e do desfazimento de velhos paradigmas, a começar pelos internalizados pelas professoras.

No texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira é defendido que se tenha uma consciência política e histórica da diversidade de nossa população e para isso há a exigência que se conheça a Lei e documentos e materiais didáticos que foram e tem sido produzido nos três últimos anos em auxílio aos educadores. O que foi visto entre elas foi que são conscientes sim, mas o que predominou foi à marca quase que indelével de uma real “democracia racial” – o que não ajuda em

nada na construção de novos paradigmas para a educação das relações étnicos raciais.

Outra questão colocada nesta pesquisa se refere quanto a ação e não ação das professoras em situações de discriminação ou mesmo preconceitos observadas no ambiente escolar, podem ou não contribuir para a estigmatização, invisibilidade, ou mesmo negação dos indivíduos envolvidos, como declara Gomes, (2003), e o quanto a ação delas pode interferir de maneira positiva na construção da história dessas crianças. E para que essas ações sejam efetivas, observamos que as professoras acharam necessária uma formação específica sobre a lei, ou o oferecimento de temas na graduação ou na formação continuada.

Apenas uma professora entre as dez entrevistada teve em sua graduação uma disciplina que tratava da Lei. Esse dado mostra a urgência e a relevância da formação das professoras e um investimento apoio de toda rede de educação para que as educadoras tenham e possam criar subsídio para suas aulas e estratégias para desconstruir estereótipos e impasses que se estabelecem nas relações dentro de sala de aula e também fora dela.

Com a formação adequada das professoras aumenta a possibilidade das crianças em sua aprendizagem. E é neste momento, da educação infantil, dando continuidade a seu desenvolvimento, estando na creche ou escola, que a função da professora é fundamental para construção de uma sociedade menos preconceituosa. Se pensarmos deste jeito, é possível também essa professora reconhecer seus preconceitos internalizados e ao identificá-los buscar se liberar deles através do conhecimento de sua própria história.

No entanto, para que haja uma mudança nas atitudes, notamos a necessidade da professora e do gestor das unidades terem um interesse maior, não só com a “Lei”, mas é imprescindível uma relação maior com a história da construção do nosso povo, de nosso país e uma sensibilidade maior com as questões étnico-raciais, para que tendo esse maior conhecimento, possam interferir nas relações de desigualdades de forma a operar positivamente, desconstruindo os estereótipos, mitos, preconceitos que são observados em sala de aula e que muitas vezes, os próprios professores carregam.

Munanga, (2005) nos alerta que, como todos nós, os professores também foram formados nesta sociedade de cultura racista. Ou seja, não queremos aqui martirizar a professora por todos os males da educação, sabemos que o processo

de desconstrução/construção acaba sendo ao mesmo tempo para a criança e para esse adulto, todos passando pelo processo e claro. Mas a falta de conhecimento em muito tem impossibilitado as ações em sala, e nesta pesquisa foi observado que como professor o nosso comprometimento com a educação nos leva a uma maior responsabilidade em todo o processo de construção desse novo conhecimento.

No decorrer do levantamento da pesquisa, me deixou alerta algumas respostas de algumas professoras quanto a não reconhecerem a importância da Lei e sinalizarem também uma naturalização e/ou negação de situações que requeria uma ação das mesmas e que não foram tomadas, por acharem que “não é *pra tanto!*”, “*não é relevante!*” Para algumas professoras, tratar o assunto ou interferir é constrangedor, muito difícil, pois acham que quanto mais falar, mais mostra o problema, mais o “problema aparece”. E se não comentar, o problema não existe.

Ratifico com alguns autores quando declaram que muitos de nós somos racistas, só não reconhecemos ainda. E para uma efetiva mudança de paradigma, é importante que as professoras que estão na ponta do processo, revejam os seus posicionamentos para que assim construa a possibilidade de novos caminhos, novas práticas pedagógicas que permitam as crianças a construírem suas identidades de maneira positiva em uma sociedade que é desigualdade, que reconhece as diferenças, mais sempre de maneira a inferiorizar e/ou anular outro.

A Lei nos dá não a possibilidade apenas de lutar, mas de construir novos caminhos, novas histórias, novas teses, produzir conhecimentos, como define Souza (2010), em uma “epistemologia de saberes”, reverter os perversos caminhos e trilhar novas oportunidades vai transformar essa sociedade. Mudar o olhar das professoras em relação a essas crianças, somado ao conhecimento da Lei seria um primeiro caminho, pois nas entrevistas foi revelado uma sutileza de suas práticas, e como visco com Corsino (2009), “a desigualdade é sutil”.

Enquanto as famílias acreditam no poder que a educação através da formação de sua criança poderá contribuir para o seu desenvolvimento intelectual e profissional, muitas professoras não creem nisso. Digo isso, pois as repostas de algumas professoras demonstraram essa “desigualdade sutil”. E ela se dá no tratamento às crianças demonstrando preconceito ou por acreditarem que por morarem em uma comunidade, as crianças da creche não teriam condição de discriminar, afinal ela “é muito carente, filha de presidiário”.



É claro que a criança percebe essa falta de interesse nela, certo descaso. O que podemos concluir que essa é mais uma forma de desigualdade sofrida pelas crianças em diversas creches, pois você trabalhar já com a impossibilidade de mudança de quadro, já inibi drasticamente as chances do outro receber o seu melhor.

E como declara Gomes, (2003), o olhar sobre o negro e sua cultura precisa ser mudado. É necessário no mínimo crer que se aquela criança está ali, é porque as chances dela ter um futuro diferente são possíveis. Crer na transformação através do resultado do trabalho que é realizado, aprender a lidar com as diferenças dos alunos e com as suas, é um dos caminhos pra que a Lei dê certo. Pois a exclusão social é acompanhada pela discriminação, racismo, observada a partir da desigualdade de tratamento dentro das escolas.

Essas percepções observadas nessas relações, demonstraram uma discriminação da parte das professoras em relação a seus alunos e suas condições, a falta de conhecimento da Lei, mas também a falta de sensibilidade para as questões dificulta a realização de trabalho que poderiam contribuir para uma melhor relação com seus alunos e com seus pares. Muitas professoras carregam seus preconceitos, fazem suas leituras conforme a formação de cada uma, e algumas não se permitem ter outra.

A relação professor x aluno, aluno x aluno, se torna muitas vezes temerosa, pois enquanto professoras não interferirem positivamente nas situações que se apresentam de discriminação e racismo, ou por se acharem incapacitados, ou porque não tiveram formação ou por vontade própria, as relações de desigualdades se perpetuam. Por outro lado, esse aluno se não é interpelado, continua discriminando se achando superior, e o outro por não receber um ensino de qualidade, não ter conhecimento de seus direitos, por estar sempre *sendo humilhado se coloca no lugar de inferioridade, o que de certa forma não é uma situação esperada para o que a Lei as suas Diretrizes se propõe.*

Trazer o assunto à tona, dá voz ao outro o habilita a formar suas opiniões, estratégias, conhecimento, o coloca na rede de pensamentos, ao contrário quando acontece o silêncio, que o anula e o inferioriza. Como professora, buscar o melhor caminho para todos os alunos contribuindo para uma educação de qualidade é o caminho. Em outras respostas foi possível certo medo ou não preparação em dialogar sobre o tema, algumas citaram até “não vamos valorizar”.

Para implementação avançar, além da formação continuada, é possível aos gestores fazer alianças em diversos espaços, como declara Gomes (2003), na família, na comunidade, nas ações coletivas, nas comunidades culturais, nos movimentos sociais, entre outros. Assim é possível uma produção de dados e um envolvimento com movimentos sociais que legitimam a formação da identidade dos alunos e professoras. No caso da Creche na comunidade São Carlos – aproveitar quanto a cultura afro-brasileira, o batuque musical - escola de samba a dança local - a troca de conhecimento e experiência, produz um simbolismo e um pertencimento local e acrescenta muito no desenvolvimento e na construção das identidades e referenciais de todas as crianças e o fortalecimento de sua autoestima, etc.

## Referências Bibliográficas

ÁVILA, Irene A. – **Questões Étnico-Raciais e a Educação: Um currículo multicultural que reconstrua práticas pedagógicas centradas na diferença e na justiça social**. Belo Horizonte: PUC-Minas, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

BRASIL, Lei 10.639/03. altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira" e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/civil/03/leis/2003/10.639.htm>. Acesso em 25/02/12.

BRASIL, Plano nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas e para o Ensino da História e Cultura afro-Brasileira e Africana Brasília. DF. Out. 2004. Disponível em <http://www.planalto.inep.gov.br/arquivos>. Acesso em: 25/02/12.

BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações étnico-Raciais. Brasília, 2000.

BRASIL, Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: SECAD, 1990.

BRASIL, Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico Raciais na Escola na Perspectiva da Lei nº 10.639/03/Nilma Lino Gomes (Org.). 1ed. Brasília: MEC; UNESCO, 2012.

BRASIL, Referencial Curricular nacional para a Educação Infantil. (RCNEI).

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio da escola: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**/Eliane Santos Cavaleiro 6º ed. - São Paulo: Contexto, 2012. p. 27

CORSINO, Patrícia (org.), **Educação infantil: cotidiano e políticas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. – (Coleção educação contemporânea)

FANON, FRANTZ. **Peles Negras, Máscaras Branca**/ Frantz Fanon: tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. P.194.

FAZZI, R.C.O. **Drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREITAS, Ludimila Fernandes. - **"Cumpra-se a lei – O ministério público e os paradoxos da lei de ensino de história e cultura Afro-Brasileira lei 10.639/03"**. Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em sociologia e antropologia do instituto de Filosofia e Ciências sociais da UFRJ, apresentada em FEV de 2010.

GOMES, Nilma Lino. Educação, **Identidade negra e formação de professores/as; um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Disponível em Revista educação e pesquisa, São Paulo, v,29.Nº 1, p. 1:jan/jan. 2003.

GROSGOUEL, Ramón, Multiculturalismo/artigo. "**la descolonización de la economía política y dos estudios posicionales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global**" in *tabua rasa* (bogotá,Colombia) nº 4(enero – junio), Pp. 17-48 – 2006.

GONZAGA, Álvaro Azevedo. "**o princípio da igualdade é juridicamente possível ao ordenamento jurídico existirem leis discriminatórias?**" Scientia Faer, Olimpia – SP, ano 1,volume 1,2º semestre. 2009.

LOPES, Moita. L.P. **Discursos de Identidades: discursos como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão a escola e família**. "Discursos de identidade em sala de aula de leitura de LM: a construção da diferença". In Signorini, I. (org.) (1998). *Língua (gem) e identidade: elementos para uma discussão o campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

MACHADO, Carlos E. **População Negra e escolarização na Cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social, USP – Universidade de São Paulo. Cidade: Universidade, 2009.

MUNANGA, Kabengele. "**Superando o racismo na escola.**" (org.) – [Brasília]: Ministério da Educação SECAD, Brasil 2005. 2ªed revisada.

PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. **O embrião de uma Revolução Cultural no Brasil: A implementação da Lei 10.639/03. "Em educação Popular, movimentos sociais e formação de professores: Diálogos entre saberes e Experiências Brasileiras**. Emerson dos Santos, Renato et al (org.) FAFERJ e editora DP et Alii. Petrópolis. 2010.

PEREIRA, Amílcar Araújo, **Educação nas relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula.** (Org.) Amílcar Araújo Pereira – Brasília: Fundação Vale, 2014

PEREIRA, Amílcar Araújo, "**Por uma autentica democracia racial**" os **movimentos negros nas escolas e nos currículos de história**. Revista História Hoje. Vol. 1, nº 1. p. 119, 2012

PEREIRA, Amílcar Araújo, **Resistência também dentro da escola**. Revista de História da Biblioteca Nacional, Fev.; 2014, p 80 -.83.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky – uma perspectiva histórico-cultural da educação**/ Tereza Cristina Rego. 18ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. – (Educação e conhecimento).

SANTOS, Renato Emerson dos (org.), **Questões Urbanas e Racismo**. Petrópolis, RJ: DP et alii; Brasília, DF:ABPN, 2012. (Coleção Negras e negros: pesquisa e debates)

SAVIANI, Demerval, **Escola e Democracia: teoria da educação, curvatura da vara**, onze teses obre a educação política/Demerval Saviani – 40. ed. -campinas, SP. - Autores Associados, 2008 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; vol.5).

SILVA, Ana Lucia Silva (Coord.); Croso, Camila. (Coord.) **Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implementação da lei 10.639. (org)**. São Paulo Petrópolis. Ação Educativa. Ceafro, Ceert. 2007.

SOUSA, Neuza Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** / Neuza Santos Souza. – Rio de Janeiro: Edições Graal; 1983 – Coleção tendências.

SANTOS, Boaventura Souza, **Epistemologia do Sul.** Introdução e Parte I – da colonialidade à descolonialidade. in Maria Paula Menezes (org.) São Paulo: Cortez. 2010. p. 9 – 75

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos, **“Eles eram do morro ou do CV? Uma discussão sobre identidade”**. Trabalho apresentado no XII Encontro de História ANPUD-RIO. Acesso em 25/01/16.

VALENTIM, Silvani; PINHO, V e GOMES, Nilma Lino. (2012) **Relações étnico-raciais, Educação e Produção do Conhecimento: 10 anos do GT21 da ANPED.** BH: Nandyala.

Sites consultados:

Barros, Cristiane de. **Assistência social em territórios estigmatizados;** um estudo das atuação da Fundação Leão XVIII em vila Ipiranga - Niterói. Disponível em: [www.dbd.puc.rio.br/pergaminho/teseabertas/0510670-70-cap03pdf](http://www.dbd.puc.rio.br/pergaminho/teseabertas/0510670-70-cap03pdf). Acesso em 28.02.16.

Brito, Leila **“O poder segundo Foucault”** Disponível em [www.chaomletras.com.br/2010/03/](http://www.chaomletras.com.br/2010/03/). Acesso em 24/02/16.  
Conheça historia da 1ª favela do rio. 120 anos. Disponível em [html.g1.globo.com/riodejaneiro/rio450](http://html.g1.globo.com/riodejaneiro/rio450). Acesso em 25.01.16.

Campello, André Emmanuel Batista Barreto. **Escravidão no império do Brasil: perspectivas jurídicas.** (2013). Disponível em [www.sinprofaz.org.br/artigos-la-escravidao-noimperio-do-brasil-perspectivas-juridicas/-pgs](http://www.sinprofaz.org.br/artigos-la-escravidao-noimperio-do-brasil-perspectivas-juridicas/-pgs). Acesso em 06/03/16

Filho, Lair Ayres de lima. **“Preconceito racial contra o negro à luz da Lei nº 7.716/89 – crimes resultantes de preconceito de raça e cor.”** 2014. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/29420/preconceito-racial-contra-o-negro-a-luz-da-lei-n-7-716-89-crimes-resultantes-de-preconceito-de-raca-e-cor>. Acesso em 24/02/16

Gonçalves, Fábio Pinto - **"Cultura Escrita e a Escravidão Brasileira: Algumas Práticas e seus Significados no Século XIX."** Disponível em – [alb.com.br/arquivo-morto/edições\\_antteriores](http://alb.com.br/arquivo-morto/edições_antteriores). Acesso em 27/02/16.

Linhares, Luciano Lempek. **Althusser: escola como aparelho ideológico do estado.** Disponível em [www.puc.br/eventos/educere2007/arquivos/ci-204-05pdf/](http://www.puc.br/eventos/educere2007/arquivos/ci-204-05pdf/). Acesso em 24/02/16.

Revista *Historia Viva.* Disponível em [www.2.vol.om.br/historiaviva/reportagens/estacio\\_velho\\_estacio.html](http://www.2.vol.om.br/historiaviva/reportagens/estacio_velho_estacio.html). Acesso em 30/01/16.

Romão, Jeruse. no blog de Josemar Rocha Fernandes. **“Educação das relações étnico-raciais”.** Disponível em [www.ebah.com.br.../capitulo-1-a-lei-federa-10639-a-educacao-das-relacoes-etnicas-raciais-jeruse-romao](http://www.ebah.com.br.../capitulo-1-a-lei-federa-10639-a-educacao-das-relacoes-etnicas-raciais-jeruse-romao) – acesso em 27/02/16.

Santos, Deborah Silva.- **Direitos humanos e a promoção da igualdade racial** Disponível em <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=89> - acesso em 10/02/16.

Schwarz, Lilian Mortz. **Lei brasileira contra racismo x realidade.** No texto **Nem preto Nem branco, muito pelo contrario - cor e raça na intimidade.** No livro “História da vida privada no Brasil”. (Org.) de Fernando Novais. Pg. 209 – 225. Cia das Letras 1998 Disponível em <http://www.cefetsp.br/edu/eso/leibrasilracismo.html>. Acesso em 10/02/16.

Souza, Romer Gonçalves. **A constituição de 1824, Brasil escola.** Disponível em <http://brasil.escola-vol.com.br/historia/primeira-constituicao.htm>, em 29/02/16.

SITE - [greseestacodesa.com.br/index.php/a-estacio/nossa-historia](http://greseestacodesa.com.br/index.php/a-estacio/nossa-historia). Disponível no site oficial. Acesso em 28/01/16.

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em 25/03/16

[www.planalto.gov.br/ccivil03constituicao/constituicao.24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil03constituicao/constituicao.24.htm). Acesso em 29/02/16.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIABERTA PARA PROFESSORES.**

PESQUISADORA: JUCIENI SANTOS DE OLIVEIRA  
ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ROSANA HERINGER

**Perguntas:**

- 1- Já ouviu falar da Lei 10.639/03. Do que se trata?
- 2- Acha importante tratar dessa questão?
- 3- Acha que o professor deveria ter formação específica e ter uma sensibilidade nestas questões?
- 4- A creche em que trabalha já fez algum projeto relacionado a questão? se sim, qual?
- 5- Já observou casos de preconceito neste ambiente escolar?
- 6- Se houve, o que foi feito pra resolver a situação? o que você acha que deveria ter sido feito?